

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

THAÍS NUNES DE SOUZA

**O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS DA REGIÃO DE
CRICIÚMA AO CONTROLE DA PRODUÇÃO E ESTOQUE NO SPED FISCAL**

CRICIÚMA

2015

THAÍS NUNES DE SOUZA

**O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS DA REGIÃO DE
CRICIÚMA AO CONTROLE DA PRODUÇÃO E ESTOQUE NO SPED FISCAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Especialista Everton Perin

CRICIÚMA

2015

THAÍS NUNES DE SOUZA

**O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS DA REGIÃO DE
CRICIÚMA AO CONTROLE DA PRODUÇÃO E ESTOQUE NO SPED FISCAL**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com linha de pesquisa em Contabilidade Tributária.

Criciúma, 02 de dezembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Everton Perin – Especialista – Orientador

Prof.ª Roberta Martins – Especialista - Examinadora

Dedico este trabalho a todos os acadêmicos e profissionais da área contábil comprometidos com uma postura coerente na busca de uma contabilidade justa e responsável.

AGRADECIMENTOS

Como já dizia Shinyashiki, “Tudo o que um sonho precisa para ser realizado é alguém que acredite que ele possa ser realizado”.

Este é o momento de externar a gratidão por todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão dessa importante etapa em minha vida acadêmica e profissional.

A Deus, por ter me mostrado as direções necessárias.

A meus pais, Jorge e Claudete, agradeço simplesmente por serem meus pais, por me educarem e me conduzirem no caminho do bem. Também agradeço por sonharem comigo em minhas “malucas” decisões. Penso que eles têm o dom de saber quando vai dar certo.

A meu namorado, Eliezer, agradeço pela amizade e pela compreensão e por saber exatamente o que fazer quando por tantas vezes eu disse, “mas eu não vou conseguir”.

Ao professor, Everton Perin, agradeço por aceitar orientar esse trabalho. Sua dedicação e inteligência foram, sem sombra de dúvida, o sucesso do trabalho.

Amigos, que por muitas vezes não pude estar presente nas “confraternizações” para conclusão deste trabalho.

As amigas que fiz nesta trajetória Daiana Damásio, Daiana Schirmer, Kátia de Medeiros, Hérika Dassoler e Fernanda Pires. Levarei com carinho no meu coração cada momento.

A toda família Contábeis, por, além de compartilhar conhecimento e propagar o sentimento de amizade e de companheirismo. Serão eternamente lembrados.

A empresa Domínio Sistemas, por sempre incentivar seus funcionários a buscar conhecimento e crescimento profissional. Foi essencial para que eu pudesse concluir este trabalho.

Agradeço a todos que concederam seu tempo para responder minha pesquisa, sem a qual este trabalho não seria concluído.

Enfim, agradeço as pessoas, conhecidas ou não, que com palavras, atos, e até mesmo ações indiretas impulsionaram essa jovem sonhadora a concluir a Graduação de Ciências Contábeis.

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Eduardo Galeano

RESUMO

SOUZA, Thaís Nunes de. **O processo de adaptação das empresas industriais da região de Criciúma ao controle da produção e estoque no SPED Fiscal**. 2015. 62 páginas. Orientador: Prof. Esp. Everton Perin. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC.

A inclusão do Registro de Controle da Produção e Estoque (RCPE) no SPED Fiscal apresenta-se como um grande desafio para a classe contábil e para os profissionais envolvidos no processo. A contabilidade está evoluindo desde seus primórdios juntamente ao avanço tecnológico. O procedimento de digitalização do envio dos livros fiscais iniciou em 2007 com a criação do projeto SPED através do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007 – 2010). A partir de janeiro de 2016 o RCPE deverá ser apresentado a Receita Federal do Brasil através do SPED Fiscal, a obrigação foi instituída por meio do Ajuste SINIEF 18/13 que altera o Ajuste SINIEF 02/2009. O principal reflexo nos procedimentos adotados pelas empresas refere-se a gestão da produção e estoque que deverá acompanhar toda a cadeia produtiva desde a entrada da matéria-prima até as perdas ocorridas no processo. Na pesquisa de campo realizada por meio de questionário, abordou-se junto aos profissionais das empresas industriais da região de Criciúma o processo de adaptação a nova obrigação do SPED Fiscal. Por meio de análise dos dados da pesquisa, constatou-se que os respondentes reconhecem a importância da apresentação do RCPE através do SPED Fiscal e os benefícios incumbidos a mesma, no entanto, afirmam ser um controle complexo.

Palavras – chave: SPED. Escrituração Fiscal Digital - EFD. Registro Controle da Produção e do Estoque.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Símbolos feitos de argila registrando o patrimônio.....	18
Figura 2 - Máquinas de calcular.....	21
Figura 3 - Convite para exposição de máquinas de contabilidade.....	22
Figura 4 - Projetos do SPED.....	27
Figura 5 - Obrigatoriedades do bloco K.....	33
Figura 6 - Divisões do bloco K.....	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária.....	39
Gráfico 2 - Formação profissional.....	40
Gráfico 3 - Tempo de atuação na área contábil.....	41
Gráfico 4 - Tempo de atuação da empresa.....	42
Gráfico 5 - Número de funcionários.....	42
Gráfico 6 - Regime de tributação da empresa.....	43
Gráfico 7 - Avaliação da contabilidade terceirizada.....	44
Gráfico 8 - Avaliação do setor contábil/fiscal da empresa.....	45
Gráfico 9 - Conhecimento sobre o bloco K do SPED Fiscal.....	46
Gráfico 10 - Formas de atualização.....	47
Gráfico 11 - Motivos para utilização do RCPE.....	47
Gráfico 12 - Opiniões sobre o RCPE no SPED Fiscal.....	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo da história da evolução da contabilidade.....	20
Quadro 2 - Vantagens do uso da informática pela contabilidade.....	23
Quadro 3 - Objetivos do SPED.....	25
Quadro 4 - Tipos de estoques industriais.....	31
Quadro 5 - Composição do bloco K.....	35
Quadro 6 - Características dos municípios.....	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Gênero dos participantes.....	40
Tabela 2 – Gênero x Idade.....	41
Tabela 2 - Contabilidade da empresa.....	43
Tabela 3 - Quantidade de funcionários do setor contábil/fiscal.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

§	Parágrafo
A.C	Antes de Cristo
ART	Artigo
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CIA	Controle de crédito de ativo permanente
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CONFAZ	Conselho Nacional de Política Fazendária
COTEPE	Comissão Técnica Permanente do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal, e de Comunicação
EFD	Escrituração Fiscal Digital
ICMS	Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal, e de Comunicação
ICP-BRASIL	Infraestrutura de Chaves Públicas do Brasil
INC	Inciso
IPI	Imposto Sobre Produtos Industrializados
Nº	Número
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal
RCPE	Registro Controle da Produção e do Estoque
RECOF	Regime Aduaneiro Especial de Entrepasto Industrial sob Controle Informatizado
RFB	Receita Federal do Brasil
RIP	Regulamento do Imposto Sobre Produtos Industrializados
SINIEF	Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais
SPED	Sistema Público de Escrituração Digital

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 TEMA E PROBLEMA	14
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	15
1.3 JUSTIFICATIVA	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 CONTABILIDADE	17
2.2 A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE	17
2.2.1 A contabilidade como ciência	19
2.2.2 A contabilidade informatizada	22
2.3 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED	24
2.3.1 Objetivos e Benefícios do SPED	24
2.3.2 Premissas do SPED	26
2.3.3 Subprojetos do SPED	27
2.3.4 SPED Fiscal	28
3 REGISTRO CONTROLE DA PRODUÇÃO E DO ESTOQUE	30
3.1 REGISTRO CONTROLE DA PRODUÇÃO E DO ESTOQUE NA EFD ICMS/IPI	31
3.2 OBJETIVOS DA IMPLANTAÇÃO DO BLOCO K NA EFD ICMS/IPI	33
3.3 BENEFÍCIOS DA IMPLANTAÇÃO DO BLOCO K NA EFD ICMS/IPI	34
3.3.1 Composição do bloco K da EFD ICMS/IPI	35
4 METODOLOGIA	37
4.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	37
5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	38
5.1 CARACTERIZAÇÃO DA MESOREGIÃO SUL	38
5.1.1 Instrumento e procedimento de coleta de dados	38
5.1.2 Tratamento dos dados	38
5.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS	39
5.2.1 Faixa etária	39
5.2.2 Formação profissional	39
5.2.3 Gênero dos participantes	40
5.2.4 Tempo de atuação na área contábil	41
5.2.5 Tempo de atuação da empresa	41
5.2.6 Número de funcionários	42

5.2.7 Regime de tributação da empresa	43
5.2.8 Contabilidade da empresa	43
5.2.9 Avaliação da contabilidade terceirizada.....	44
5.2.10 Avaliação da contabilidade própria	44
5.2.11 Conhecimentos sobre o bloco K do SPED Fiscal	46
5.2.12 Principais formas de atualização às informações prestadas no bloco K.....	46
5.2.13 Utilização do livro Registro Controle da Produção e do Estoque.....	47
5.2.14 Opiniões sobre o RCPE no SPED Fiscal	48
5.3 ANÁLISE GERAL DA PESQUISA.....	49
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS.....	53
APÊNDICE	56
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA DE CAMPO	57

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta um estudo sobre a evolução da contabilidade e de seus principais procedimentos. Ademais, expõe-se um referencial teórico sobre o projeto SPED e seu subprojeto SPED Fiscal apresentando as informações que serão prestadas através do bloco “K”. Sobre o tema, realiza-se uma pesquisa que aborda a preparação das empresas para a entrega das informações constantes no bloco “K” do SPED Fiscal. O estudo ocorre mediante pesquisa de campo junto às empresas obrigadas a entrega deste.

1.1 TEMA E PROBLEMA

O Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) e o secretário da Receita Federal do Brasil (RFB) celebraram em 2013 o Ajuste SINIEF 18/13. Neste ajuste ficou instituída a obrigatoriedade imposta aos contribuintes industriais, equiparados e comerciais atacadistas a entregar o livro Registro de Controle da Produção e do Estoque através do informativo SPED Fiscal. Para tanto, foi constituído um novo bloco à cadeia de blocos que formam a estrutura do SPED Fiscal: o bloco “K” intitulado de “Controle da Produção e do Estoque”.

O processo de envio do bloco “K” ocorrerá gradativamente entre as empresas obrigadas a partir de 1º de janeiro de 2016, 1º de janeiro de 2017 e 1º de janeiro de 2018. O objetivo da implantação deste bloco consiste em facilitar o controle feito pela RFB uma vez que as empresas entregarão o livro mensalmente. Esta obrigação dispõe de um controle quantitativo da produção e do estoque de mercadorias e materiais.

Frente a este cenário, tem-se a necessidade de uma revisão nos processos e nos sistemas de gestão dos estoques e da produção, com possíveis alterações nas rotinas das empresas a fim de se adequarem a esta nova obrigação.

Diante das iminentes alterações e adaptações, as empresas serão obrigadas a entrega mensal das informações do bloco K do SPED Fiscal, do que surge o seguinte questionamento: Como as empresas juntamente com os profissionais da área contábil de Criciúma e região estão se preparando frente à nova obrigação do bloco K do SPED Fiscal?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral deste trabalho consiste em avaliar a adaptação das empresas e profissionais da área contábil frente a nova obrigatoriedade do bloco “K” do SPED Fiscal.

Para alcançar o objetivo geral exposto, elaborou-se os objetivos específicos, com os quais, assim, pretende-se responder a questão-problema. São os seguintes:

- Descrever sobre o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, conceituando-se o subprojeto SPED Fiscal e seu bloco “K”.
- Coletar dados através de uma pesquisa de campo junto as empresas da região de Criciúma para verificar o nível de preparação e conhecimento em relação às informações inerentes ao bloco “K”.
- Demonstrar os benefícios e dificuldades encontradas pelos profissionais com a implantação desta nova obrigação baseando-se nos dados coletados com a pesquisa.

1.3 JUSTIFICATIVA

Com a implantação do projeto SPED e seus subprojetos, as informações se tornaram mais transparentes perante o fisco. Estas obrigações mudaram a rotina dos serviços contábeis.

Constantemente englobam-se novas obrigações ao grupo de subprojetos do SPED objetivando o enriquecimento do sistema de fiscalização, e recentemente, uma nova obrigação foi instituída no SPED Fiscal, o bloco “K”. Este novo bloco irá abranger as informações constantes no livro Registro de Controle da Produção e do Estoque. Por isso, torna-se imprescindível obter esclarecimentos sobre o assunto.

A relevância desta pesquisa se deve ao fato de que os profissionais da área contábil e os responsáveis pela gestão do estoque e da produção das empresas precisam dominar o assunto. Conseguindo-se, então, obter as informações que serão prestadas através do bloco “K” do SPED Fiscal, sendo válido um estudo das mudanças nas rotinas de trabalho.

A contribuição social da pesquisa está na possibilidade de analisar como a nova obrigação do SPED Fiscal está impactando na rotina das empresas e as medidas utilizadas para sua adequação. Visto que a cada ano o fisco institui novas obrigações ao projeto exigindo uma evolução paralela dos profissionais. Este estudo se faz possível através das legislações pertinentes ao SPED e também ao novo bloco “K”, assim como através de artigos e livros que abordam o tema.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresentam-se as características da história da contabilidade até o surgimento do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED. Na sequência, abordar-se-á o conceito, principais objetivos e os benefícios acarretados aos usuários do SPED com ênfase no SPED Fiscal e sua nova obrigação o Livro Controle da Produção e do Estoque.

2.1 CONTABILIDADE

Considera-se a contabilidade uma ferramenta básica para a tomada de decisão de seus usuários se utilizada corretamente. Para Oliveira (2008) a contabilidade consiste no instrumento que fornece informações úteis para a tomada de decisões que auxiliam na gestão da empresa. Simocelli (2012) complementa que a finalidade da contabilidade configura-se em registrar, coletar, resumir, informar e interpretar os dados e fenômenos que afetam as situações patrimoniais e financeira das entidades.

Porém, segundo Ludícibus e Marion (2002), o desenvolvimento contábil acompanha o desenvolvimento econômico da região. Assim, em distintas regiões a contabilidade pode ter níveis variados de desenvolvimento.

De acordo com o entendimento de Ludícibus e Marion (2002, p.35),

a contabilidade não é uma ciência exata. Ela é uma ciência social, pois, é a ação humana que gera e modifica o fenômeno patrimonial. Todavia, a Contabilidade utiliza os métodos quantitativos (matemática e estatística) como sua principal ferramenta.

Todavia, para compreender a essência da contabilidade, faz-se necessária uma abordagem desde seus primórdios até o desenvolvimento da contabilidade contemporânea.

2.2 A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

Inúmeras provas arqueológicas possibilitaram a descoberta de que a contabilidade originou-se antes mesmo da invenção da escrita. As primeiras

descobertas reportam-se aos períodos entre 8.000 e 3.000 a.C. aproximadamente, com a utilização de um tipo de sistema contábil através de símbolos feitos de argila por civilizações pré-históricas¹. Estes símbolos foram encontrados nos países conhecidos atualmente como Israel, Síria, Iraque, Turquia e Irã em diversas formas, como esferas, discos e triângulos e representavam dados de um patrimônio (SCHMIDT; SANTOS, 2008).

Figura 1 – Símbolos feitos de argila registrando o patrimônio



Fonte: Museu Virtual de Contabilidade

Outra conjuntura que leva-se a crer que a contabilidade remonta à pré-história encontra-se na Bíblia². Segundo Ludícibus e Marion (2002), o livro de Jó considera-se o mais antigo. Segundo a Bíblia (Jó, Cap. 42), Jó era um homem rico, e no versículo 3 do primeiro capítulo a Bíblia traz a seguinte descrição de seu patrimônio, “E era o seu gado sete mil ovelhas, e três mil camelos, e quinhentas juntas de bois e quinhentas jumentas”. Por questões espirituais, Jó perdeu toda sua fortuna. Ademais, ao final do livro, e também por questões espirituais, Jó recupera toda sua riqueza e apresenta um relatório demonstrando que esta estava duplicada, “E assim abençoou o Senhor o último estado de Jó, mais do que o primeiro; porque teve catorze mil ovelhas, e seis mil camelos, e mil juntas de boi e mil jumentas. ” .

¹ Civilizações que viveram na Pré-história o período que compreende a atividade humana desde o surgimento do homem até o aparecimento da escrita, por volta de 4000 a.C. (GOMES, 2015).

² Coleção de livros religiosos de valor sagrado para o cristianismo, a palavra Bíblia vem do grego “*bíblia*” que significa biblioteca (LIMA, 2007).

Talvez na época de Jó, afirma Ludícibus e Marion (2002), já eram utilizados os símbolos feitos de argila dando-se início aos primeiros registros contábeis.

No decorrer dos anos a contabilidade sofreu expressivas mudanças no tocante aos seus procedimentos, não alterando, porém, seu objetivo principal, o de gerir o patrimônio. Na sequência, apresentam-se os períodos mais marcantes desta história que resultaram na contabilidade aplicada atualmente.

2.2.1 A contabilidade como ciência

Não se sabe quem de fato inventou a contabilidade, mas tem-se o conhecimento de que a contabilidade na “forma” atual começou a surgir nos séculos XIII e XIV no norte da Itália (HENDRIKSEN; BREDA, 1999).

A obra escrita pelo frei Luca Pacioli³ intitulado de *Summa de arithmetica, geometrica, proportioni et proportionalità* – que surgiu em Veneza dois anos após a chegada de Colombo à América e alguns anos após o surgimento das prensas em Veneza – era, em sua essência um tratado de matemática, mas incluía uma seção sobre o sistema de escrituração por partidas dobradas (HENDRIKSEN; BREDA, 1999).

O sistema de escrituração por partidas dobradas alusivo aos lançamentos contábeis consiste, em suma, que o valor total dos débitos deve ser igual o valor total dos créditos. Hendriksen e Breda (1999, p.41) apresentam um trecho da obra de Pacioli sobre a confecção de um balancete⁴:

Para que tudo fique mais claro no encerramento mencionado, é necessário que faça esta outra comparação, a saber, somar numa folha de papel todos os débitos de Razão+ e coloca-los do lado esquerdo, e somar todos os créditos e colocá-los do lado direito, e depois estas últimas somas será o total dos débitos, e a outra será o total dos créditos. Agora se as duas somas forem iguais, ou seja, uma for igual a outra, ou seja, a soma dos débitos e dos créditos, sua conclusão será a de que seu Razão terá sido bem mantido. [...] mas se uma das somas for maior do que a outra, terá havido um erro no seu Razão.

Desde a publicação da obra de Pacioli, a contabilidade percorreu ainda

³ Luca Pacioli frei franciscano que passou a maior parte de sua vida como professor e estudante nas universidades de Perúgia, Florença, Pisa e Bolonha. Encerrou sua ilustre carreira lecionando Matemática da Universidade de Roma (HABDRIKSEN E BREDA, 1999).

⁴ Balancete instrumento financeiro que se utiliza para visualizar a lista do total de créditos e débitos das contas (TEIXEIRA, 2013)

distintos caminhos até o tempo atual. O Quadro 1 demonstra um resumo da evolução da contabilidade destacando os principais acontecimentos desde a sua gênese.

Quadro 1 – Resumo da História da Evolução da Contabilidade

<p>1. Pré-história (4000 a 500 a.C.)</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Épocas marcadas pelas primeiras manifestações da linguagem escrita, conjuntamente com o desenvolvimento dos números e dos controles econômicos, evoluindo desde as tribos nômades aos patriarcados, com algumas variações de tempo e espaço entre os diferentes agrupamentos sociais. ➤ As primeiras escrituras rituais, normas de conduta, recados, e mesmo os levantamentos patrimoniais dos egípcios há mais de 4000 anos a.C., eram gravadas em pedras, mármore, couros, pele e madeira
<p>2. Período Estacionário – Idade Média (476 a.C. a 1492 d.C.)</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Período tumultuado da história humana. A idade Média tem sido considerada em duas épocas distintas: desde o ano 476 a.C. ao 800 e daí até 1492. A primeira, foi um período tenebroso de corrupção e de barbárie; a segunda, de regeneração. O regime feudal prevaleceu na Idade Média, em que o rei dispunha de todas as coisas e das pessoas. ➤ Diante de tão evidente tumulto e sendo a Contabilidade uma disciplina de ordem administrativa, evoluindo através do tempo e junto com a organização social, não encontra muita guarida neste período marcado por guerras de conquistas e pela fusão promíscua de povos com características étnicas tão divergentes, crenças diversas, usos e costumes os mais variados. Porém, ao final da Idade Média, alguns comerciantes mantinham contabilidade regular e, nos últimos tempos, pelos métodos das partidas dobradas.
<p>3. Primeira Sistematização – Século XV</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Pela necessidade de registrar os fatos surge, neste período, a Escrituração. Ocorrem dois acontecimentos de grande importância para a humanidade que foram a prensa de Gutemberg (1440), e o descobrimento da América. ➤ Neste período é apresentado o Método das Partidas Dobradas pelo Frei Luca Pacioli (1494) como apêndice de seu Tratado de Matemática, publicada em Veneza, sendo com a Bíblia os dois primeiros livros impressos.
<p>4. Período de consolidação – Séculos XVI a XVIII</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Divulgação da obra de Luca Pacioli por outros países da Europa. ➤ Neste período foram publicadas várias obras sobre contabilidade em diversos países como, França, Alemanha, Espanha e Inglaterra.
<p>5. Fase científica – Século XIX</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Fase marcada por grandes descobertas de intelectuais da contabilidade em diversos países. Os pensadores da contabilidade ativaram suas investigações e mergulharam no pélagos do conhecimento fixando supremos princípios racionais, estabelecendo relações com a ciência matemática, a jurídica, a econômica e a administrativa. ➤ Neste período com uma doutrina contábil, certa ou errada, pela qual é fixado o fundamento do débito e do crédito das contas, criado o sistema de contas e um método que lhe corresponde a obra de De Granges em torno do que se deveriam acender ásperas batalhas do pensamento, geradoras de princípios mais aceitáveis.

Fonte: SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da et MARTINS, Thomé Sardinha. **História do Pensamento Contábil**: Com Ênfase na História da Contabilidade Brasileira. Curitiba: Juruá, 2009, p.46 – 56.

Nardon (2011) relembra que há 30 anos livros diários eram preparados com sistemas de cópia de gelatina e há 40 ou 50 anos era usado o papel de seda. Mas antes disso copiavam-se livros por meio de máquinas de prensagem.

Ao final da década de 60 as empresas Olivetti, National, Burroughs, entre outras, apresentaram o que seria a revolução no sistema de escrituração contábil, o sistema mecanizado de escrituração. Este sistema consiste na acoplagem de uma máquina de escrever elétrica a uma máquina de calcular. A novidade era que ao serem digitados os valores uma única vez a máquina transcrevia automaticamente na ficha Razão (NARDON, 2011).

A Figura 2 aponta dois modelos de máquinas de calcular que eram utilizadas no sistema mecanizado de escrituração contábil.

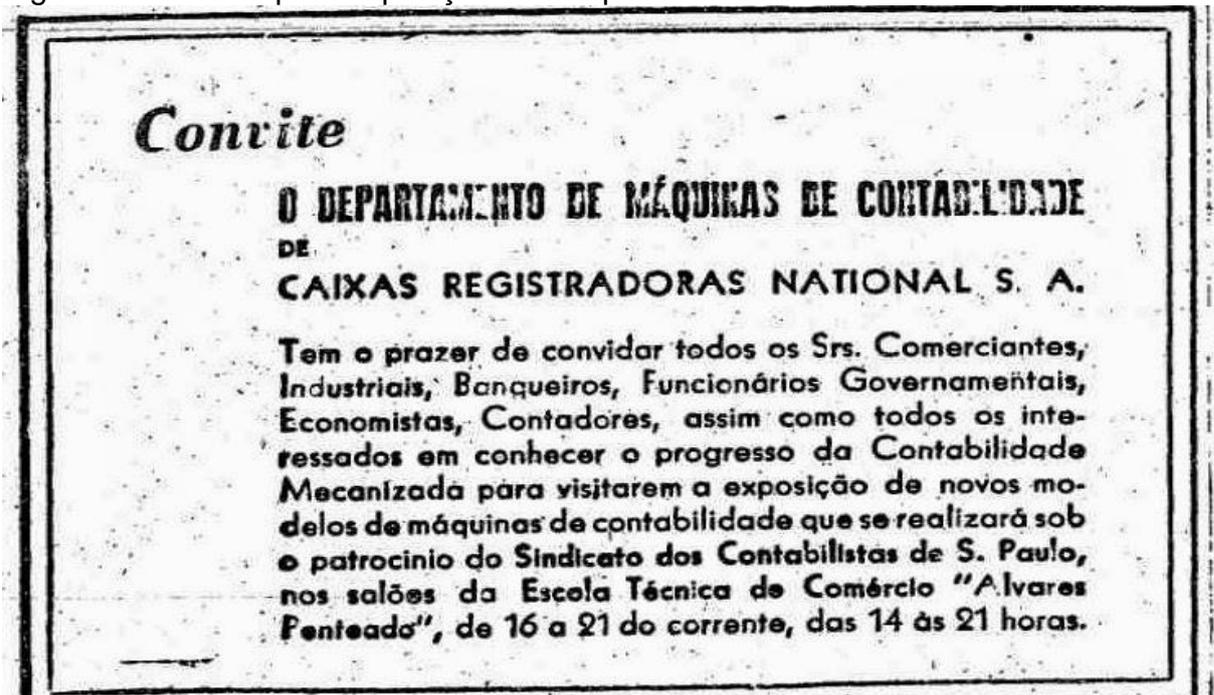
Figura 2 - Máquinas de calcular



Fonte: http://www.socontabilidade.com.br/conteudo/historia_contabilidade.php

A Figura 3 abaixo corrobora a importância dada a esta nova etapa para a contabilidade.

Figura 3 – Convite para exposição de máquinas de contabilidade



Fonte: <http://www.contabilidade-financeira.com/2013/10/historia-da-contabilidade-mecanizacao.html>

A partir desse período, os processos e equipamentos foram evoluindo a cada ano. A informatização cada vez mais presente nas atividades dos contadores proporcionou algumas transformações no trabalho diário.

2.2.2 A contabilidade informatizada

O avanço tecnológico acarretou mudanças no cotidiano das pessoas. Para a contabilidade o cenário não foi diferente, pois vive-se uma nova era, um momento de desenvolvimento contínuo que afeta expressivamente a contabilidade.

Ao final da década de 80 e início da década de 90, conforme explica Pegoraro (2007), surgiram os primeiros *softwares*⁵ destinados aos sistemas contábeis.

Sobre este processo de informatização, Pegoraro (2007, p. 13-14) manifesta-se da seguinte maneira:

⁵ Software é uma sequência de instruções escritas para serem interpretadas por um computador com o objetivo de executar tarefas específicas. Também pode ser definido como os programas que comandam o funcionamento de um computador (MARCONDES, 2015).

Os referidos *softwares* começaram a realizar cálculos com maior segurança e confiabilidade para o operador responsável pelo trabalho, bem como para os usuários deste tipo de serviço (proprietários, clientes, fornecedores, governos e etc.) Dessa forma, o desenvolvimento do setor contábil, a partir do surgimento dos primeiros *softwares* de sistemas contábeis sempre esteve associado à evolução das tecnologias de informação e ao progresso das organizações, às novas formas de negócios e ao aprimoramento das relações comerciais.

Atualmente, considera-se a informatização dos processos contábeis, um fator relevante aos usuários. Diariamente o profissional necessita de informações em tempo real e de diversos setores, há prazos para entrega de relatórios entre outras situações semelhantes, e com isso far-se-á necessário coletar, elaborar e fornecer dados com agilidade e qualidade (SIMAS; ALVES; CABRAL, 2011).

Conforme exposto por Oliveira (1997), os procedimentos informatizados trouxeram benefícios ao setor contábil.

Quadro 2 – Vantagens do uso da informática pela contabilidade

Atribuições	Reflexos na Contabilidade
Aumento da produtividade	Com a agilidade no processamento das informações com o uso de equipamentos informatizados, torna-se possível produzir mais em menos tempo.
Melhoria da qualidade dos serviços	A impressão eletrônica apresenta-se com um melhor aspecto quando comparada a uma forma mecanizada ou manuscrita, e geralmente proporciona informações mais exatas.
Mais estímulos para os profissionais da área	Devido as facilidades que os procedimentos informatizados proporcionam em detrimento aos procedimentos utilizados anteriormente, os profissionais se sentem mais estimulados resultando na satisfação de seus trabalhos.
Facilidade para leitura prévia de relatórios	Os relatórios podem ser lidos previamente na tela dos computadores sem a necessidade de imprimi-los, e, caso necessário, podem ser feitos ajustes antes de sua impressão. Nos procedimentos mecanizados o relatório só poderia ser corrigido após a sua emissão.
Atendimento as exigências dos órgãos quanto ao cumprimento dos prazos	O cumprimento de algumas exigências de ordem tributária, trabalhista e previdenciária só se tornou possível, para algumas empresas, após o uso do computador.
Facilidade de acesso as informações da empresa	O acesso as informações se tornou ágil e em tempo real.
Maior segurança das informações	A possibilidade de utilizar recursos de proteção de arquivos por meio de cópias de segurança, reduzindo a chance do profissional sofrer perdas de informações.
Redução do espaço físico nos ambientes de trabalho	Os equipamentos físicos não necessitam de grande espaço, podendo ser alocados em uma única mesa.

Fonte: Oliveira (1997 p.17 – 19)

O processo de informatização culminou com expressivas mudanças para seus usuários. Para os entes tributários, o avanço tecnológico, com o uso de

computadores e sistemas, proporcionou agilidade no que tange a arrecadação de recursos e fiscalização das obrigações concernentes aos contribuintes.

2.3 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), tem aperfeiçoado seus sistemas de fiscalização a partir de seu próprio banco de dados e pelo cruzamento de informações permutadas com outros entes tributários. O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) conceitua-se como um avanço na informatização da relação entre os entes tributários e seus contribuintes. Constituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, o SPED faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007 – 2010), no tópico referente ao aperfeiçoamento do sistema tributário.

Através da Emenda Constitucional nº 42 de 19 de dezembro de 2003, determinou-se que, explica Duarte (2011, p.64), “as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios atuassem de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e informações fiscais.”. O art. 2º, do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, embasa a seguinte definição para o SPED:

Art. 2º O Sped é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive, imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

Em suma, o SPED é um recurso tecnológico que permite as empresas enviarem, através de um formato específico de padronização digital, informações fiscais e contábeis aos entes tributários que as exigir (CONSELHO FISCAL DE CONTABILIDADE-CFC, 2015).

2.3.1 Objetivos e Benefícios do SPED

O SPED foi desenvolvido objetivando unificar em uma base de dados, as informações fiscais e operacionais dos contribuintes. Por fim, identificar com precisão possíveis divergências nas informações enviadas (COELHO, 2011).

Para tanto, a RFB (2015), apresenta os principais objetivos listados no

quadro abaixo.

Quadro 3 – Objetivos do SPED

Objetivos	Ações
Promover a integração dos fiscos	Mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas as restrições legais.
Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes	Com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores.
Tornar mais célere a identificação de ilícitos tributantes	Com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

Fonte: Receita Federal do Brasil (2015)

Em face ao exposto, percebe-se que o advento do SPED não proporcionou um aumento da fiscalização, como observa Alcantara (2013), mas a qualidade desta.

A RFB (2015) destaca os principais benefícios proporcionados com o alcance dos objetivos expostos, são eles:

- Redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel;
- Eliminação do papel;
- Redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias;
- Uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas;
- Redução do envolvimento involuntário em práticas fraudulentas;
- Redução do tempo despendido com a presença de auditores fiscais nas instalações do contribuinte;
- Simplificação e agilização dos procedimentos sujeitos ao controle da administração tributária (comércio exterior, regimes especiais e trânsito entre unidades da federação);
- Fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias;
- Rapidez no acesso às informações;
- Aumento da produtividade do auditor através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos;
- Possibilidade de troca de informações entre os próprios contribuintes a partir de um leiaute padrão;
- Redução de custos administrativos;
- Melhoria da qualidade da informação;

- Possibilidade de cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais;
- Disponibilidade de cópias autênticas e válidas da escrituração para usos distintos e concomitantes;
- Redução do “Custo Brasil”;
- Aperfeiçoamento do combate à sonegação;
- Preservação do meio ambiente pela redução do consumo de papel.

Ainda acerca dos benefícios trazidos pelo SPED, complementam Modin e Furtado (2013, p.8), “[...] o aumento da competitividade, pois, antigamente devido à sonegação esta não era justa”. Por outro lado, os autores citam alguns pontos negativos observados com o desenvolvimento do projeto, como, equívocos ocasionados pela rapidez da entrega da declaração, aumento dos custos com a implantação do novo sistema e a exposição dos contribuintes. Muito embora, do ponto de vista dos autores, os benefícios proporcionados pelo projeto SPED se sobressaem em detrimento aos pontos negativos supracitados.

Algumas premissas foram elaboradas para nortear os objetivos propostos com o estabelecimento do SPED.

2.3.2 Premissas do SPED

Premissas são, segundo Gaspar (2011), “[...] sentenças consideradas como verdadeiras que não podemos necessariamente comprovar, pois elas dependem de fatores externos”. A RFB (2015) destaca algumas premissas que embasam o desenvolvimento do SPED, são elas:

- Proporcionar um melhor ambiente de negócios para as empresas;
- Aumentar a competitividade entre as empresas resultando na eliminação da concorrência desleal;
- Oficializar o documento eletrônico com validade jurídica para todos os fins;
- Utilização do Certificado Digital padrão Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil) por empresários e contadores;
- Promover o compartilhamento de informações;
- Criar a figura jurídica da Escrituração Digital e da Nota Fiscal Eletrônica na legislação comercial e fiscal;

- O contribuinte é o responsável legal pela guarda dos arquivos eletrônicos da Escrituração Digital pelo contribuinte;
- Redução de custos para o contribuinte, com a digitalização e a agilidade das informações;
- Mínima interferência no ambiente do contribuinte;
- Disponibilizar aplicativos para emissão e transmissão da Escrituração Digital e da Nota Fiscal Eletrônica para uso opcional pelo contribuinte.

É notório que o projeto SPED proporcionou significativas mudanças para o setor contábil no que tange a obrigações junto a RFB. Essas mudanças continuam ocorrendo até os dias atuais e podem ser observadas através das diversas ramificações do projeto.

2.3.3 Subprojetos do SPED

O projeto SPED iniciou-se com três grandes subprojetos, sendo eles, a Escrituração Contábil Digital, a Escrituração Fiscal Digital e a Nota Fiscal Eletrônica. Cada subprojeto foi preparado para atender diferentes tipos de tributos, contribuições e segmento empresarial.

Figura 4 – Projetos do SPED



Fonte: Adaptada pela autora do site Receita Federal do Brasil (2015)

O subprojeto SPED Fiscal compreende a apuração dos impostos ICMS e IPI e demais informações inerentes a movimentação de documentos fiscais e controle

de estoque. Neste subprojeto encontram-se os elementos que compõem o tema central deste trabalho.

2.3.4 SPED Fiscal

A Escrituração Fiscal Digital ICMS/IPI (EFD ICMS/IPI) - também conhecida como SPED Fiscal - constitui-se de um arquivo digital formando um conjunto de escriturações fiscais e registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelos contribuintes (DUARTE, 2011).

Instituído pelo Convênio ICMS nº 143 e posteriormente revogado tacitamente pelo Ajuste SINIEF 2, de 3 de abril de 2009, a EFD ICMS/IPI deve ser entregue, em suma, pelos contribuintes dos impostos ICMS e IPI, conforme dispõe em sua cláusula terceira:

A EFD será obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2009, para todos os contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e/ou do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.⁶

Os contribuintes deverão enviar através da EFD ICMS/IPI, a escrituração dos livros listados abaixo, conforme disposto na cláusula primeira do Ajuste SINIEF 2/09.

- I - Livro Registro de Entradas;
- II - Livro Registro de Saídas;
- III – Livro Registro de Inventário;
- IV – Livro Registro de Apuração do IPI;
- V – Livro Registro de Apuração do ICMS;
- VI – Documento Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente – CIA;
- VII – Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque.

Anterior a instituição da EFD ICMS/IPI, os livros fiscais mencionados a cima, deveriam ser escriturados em papel e mantidos em guarda para que, quando solicitado, fossem apresentados aos órgãos fiscalizadores. Com o advento da EFD

⁶ BRASIL, Secretaria da Receita Federal. Ajuste SINIEF 2/2009. **Dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital – EFD**. Disponível em: <http://www1.fazenda.gov.br/confaz/confaz/ajustes/2009/aj_002_09.htm>. Acesso em: 29 ago. 2015

ICMS/IPI, estes livros passaram a ser entregues de forma digital.

Destaca-se que a entrega do Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque através da EFD ICMS/IPI, não se encontra em vigor. As informações acerca de sua entrega serão elucidadas nos próximos tópicos.

3 REGISTRO CONTROLE DA PRODUÇÃO E DO ESTOQUE

Gerir o estoque e a produção de um estabelecimento requer um controle que esteja congruente com a rotina da empresa. Este controle, se realizado adequadamente, servirá de base para tomada de decisões administrativas e, por outro lado, auxiliará no processo de fiscalização exercido pela RFB.

O livro Registro de Controle da Produção e do Estoque, criado pelo Ajuste SINIEF nº 2, de 1972, constitui-se de um controle quantitativo da produção e do estoque de mercadorias, destinado a prestar informações aos agentes tributários, conforme disposto no art. 461 do RIPI.⁷

Neste livro, devem ser registrados os documentos fiscais relativos às entradas e saídas de mercadorias, e os documentos de utilização interna da empresa para controlar a movimentação destas mercadorias. Deve ser registrada cada operação em folhas segregadas por espécie, marca, tipo e modelo de produto (art. 461, inc. 1º e 3º, RIPI). Explica Gomes (2014) que a escrituração deste livro “é obrigatória a todos os estabelecimentos comerciais atacadistas, industriais e equiparados a industriais”.

Sobre a referida obrigatoriedade o RIPI em seu art. 444 § 2º, versa que:

§2º O livro Registro de Controle da Produção e do Estoque será utilizado pelos estabelecimentos industriais, e equiparados a industrial, e comerciantes atacadistas, podendo, a critério da Secretaria da Receita Federal do Brasil, ser exigido de outros estabelecimentos, com as adaptações necessárias.

No livro Registro de Controle da Produção e do Estoque são evidenciadas as movimentações das mercadorias desde a entrada de seus componentes até a conclusão do produto. Os principais tipos de estoque em uma empresa industrial, de acordo com Dias (2009), são: matérias-primas, produtos em processo, produtos acabados, peças de manutenção e materiais auxiliares, destacados no Quadro 4 abaixo.

⁷ BRASIL. Decreto nº 7.2012, de 15 de junho de 2010. **Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7212.htm>. Acesso em: 14 set. 2015.

Quadro 4 – Tipos de estoques industriais

<p>1. Matéria Prima</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ As matérias-primas são os componentes necessários para a produção de um produto. O seu consumo é proporcional ao volume da produção. Explica Dias (2009, p. 26) “Em outras palavras, também podemos dizer que matérias-primas são todos os materiais agregados ao produto acabado”. O autor ainda ressalta que podem constituir-se matérias-primas os itens já processados, que foram comprados de outra empresa ou transferidos de outro setor da mesma empresa. ➤ Viana (2002) define matéria-prima sendo o insumo básico para inicialização da produção de um determinado produto.
<p>2. Produtos em processo</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Os produtos em processo são todos os produtos que estão sendo utilizados no processo de fabricação. Segundo Viana (2002) os produtos em processo são aqueles utilizados ao longo do processo produtivo. Em geral os produtos em processo são produtos parcialmente acabados que encontram-se em um estágio intermediário de produção. ➤ Os produtos que mesmo já terem sido processados de alguma forma mas adquirirem nova característica ao final de um processo produtivo também é considerado produto em processo. (DIAS, 2009).
<p>3. Produtos acabados</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Os produtos acabados constituem mercadorias que já foram produzidas mas que ainda não foram vendidas, conforme explica Dias (2009). ➤ Para Viana (2002) produtos acabados são aqueles que se encontram no estágio final do processo produtivo.
<p>4. Materiais auxiliares e de manutenção</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ A mesma importância dada às matérias-primas deve ser atribuída às peças de manutenção e aos materiais auxiliares e de apoio, afirma Dias (2009). Este tipo de estoque constitui os materiais utilizados na manutenção de equipamentos utilizados na produção. ➤ Acrescenta Viana (2002) que os materiais auxiliares e de manutenção, são todos os itens destinados a manutenção das atividades da produção e de consumo geral.

Fonte: DIAS, Marco Aurélio. **Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão** – 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. 360 p;
 VIANA, João José. **Administração de materiais: um enfoque prático**. São Paulo: Atlas, 2002. 448 p.

O livro Registro de Controle da Produção e do Estoque deve ser impresso e permanecer na empresa não sendo permitida a retirada do estabelecimento sem aviso prévio à repartição fiscal. Deve ser apresentado aos órgãos tributários sempre que solicitado por estes (art. 449, RIPI).

Entretanto, a partir de 01 de janeiro de 2016, a emissão do livro Registro de Controle da Produção e do Estoque constituir-se-á por sistema de processamento eletrônico de dados, ficando, portanto, dispensados o preenchimento e a impressão do livro a partir da referida data para as empresas obrigadas.

3.1 REGISTRO CONTROLE DA PRODUÇÃO E DO ESTOQUE NA EFD ICMS/PI

A cada ano a RFB introduz novas obrigatoriedades ao projeto SPED com o intuito de aprimorar a fiscalização às empresas e atenuar o relacionamento entre

ambas. Neste cenário, instituído através do Ajuste SINIEF 8 de 2015⁸, a emissão do livro Registro de Controle da Produção e do Estoque ocorrerá através da EFD ICMS/IPI, conforme dispõe o § 7º da cláusula terceira do Ajuste SINIEF 2 de 2009:

§ 7º A escrituração do Livro de Registro de Controle da Produção e do Estoque será obrigatória na EFD a partir de:

I - 1º de janeiro de 2016:

a) para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 10 a 32 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) pertencentes a empresa com faturamento anual igual ou superior a R\$300.000.000,00;

b) para os estabelecimentos industriais de empresa habilitada ao Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (Recof) ou a outro regime alternativo a este;

II - 1º de janeiro de 2017, para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 10 a 32 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) pertencentes a empresa com faturamento anual igual ou superior a R\$78.000.000,00;

III - 1º de janeiro de 2018, para: os demais estabelecimentos industriais; os estabelecimentos atacadistas classificados nos grupos 462 a 469 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e os estabelecimentos equiparados a industrial.⁹

Cabe destacar que, haviam sido publicados o Ajuste SINIEF 33/2013 e posteriormente o Ajuste SINIEF 10/2014, ambas alteradas pelo Ajuste SINIEF 8/2015.

Para tanto, foi incluído, através do Ato COTEPE/ICMS nº 09 de 18 de abril de 2008¹⁰, o bloco “K”, que será responsável pelas informações acerca do livro Registro de Controle da Produção e do Estoque na EFD ICMS/IPI.

Leão (2015) destaca as informações requeridas através do bloco “K”, a saber:

- A quantidade produzida
- A quantidade de matéria prima consumida
- A quantidade produzida em posse de terceiros
- As movimentações internas do estoque que não estejam relacionadas à produção.
- A situação do estoque de todos os seus produtos acabados,

⁸ BRASIL. Ajuste SINIEF 8/2015. **Altera o Ajuste SINIEF 02/09, que dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital - EFD.** Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/ajuste-sinief-08-2015.htm>>. Acesso em 15 set. 2015.

⁹ BRASIL. Ajuste SINIEF 2/2009. **Dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital – EFD.** Disponível em: <http://www1.fazenda.gov.br/confaz/confaz/ajustes/2009/aj_002_09.htm>. Acesso em 15 set. 2015.

¹⁰ BRASIL. Ato COTEPE/ICMS nº 9/2008. **Dispõe sobre as especificações técnicas para a geração de arquivos da Escrituração Fiscal Digital - EFD.** Disponível em: <http://www1.fazenda.gov.br/confaz/confaz/atos/atos_cotepe/2008/ac009_08.htm>. Acesso em: 15 set. 2015

semiacabados e matérias primas segregada por:

- Materiais de propriedade da empresa em seu poder
- Materiais de propriedade da empresa em posse de terceiros
- Materiais de posse de terceiros em poder da empresa

Pretende-se que as informações do bloco “K” possam proporcionar uma melhor análise dos processos realizados nas empresas pela RFB e pela própria administração da entidade.

3.2 OBJETIVOS DA IMPLANTAÇÃO DO BLOCO K NA EFD ICMS/IPI

O objetivo da implantação do bloco “K” na EFD ICMS/IPI consiste, basicamente, em controlar o estoque dos estabelecimentos em toda cadeia produtiva, conforme demonstrado na Figura 5 abaixo.

Figura 5 – Obrigatoriedades do bloco K



Fonte: Senior

Explica Albino (2015) que, este novo projeto possibilitará o acompanhamento mensal de sua variação, bem como o confronto das informações prestadas no bloco “K” com as informações prestadas através do bloco “H” também

da EFD ICMS/IPI. Este último responsável pela escrituração do livro de Inventário¹¹. Paiva (2014) complementa que,

com a inclusão do Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque no Sped Fiscal, o Fisco terá acesso ao processo produtivo e a movimentação completa de cada item de estoque, possibilitando o cruzamento quantitativo dos saldos apurados eletronicamente pelo Sped com os informados pelas indústrias, através do inventário. Assim, eventuais diferenças entre os saldos, se não justificadas, poderão configurar sonegação fiscal.

Diante destas afirmações, espera-se que essa nova etapa da EFD ICMS/IPI represente um avanço no que concerne aos controles de fiscalização sobre os contribuintes, e sirva como auxílio às pessoas jurídicas no tocante a sua gestão.

3.3 BENEFÍCIOS DA IMPLANTAÇÃO DO BLOCO K NA EFD ICMS/IPI

Conforme supracitado, através do bloco “K” da EFD ICMS/IPI a empresa terá que detalhar toda sua cadeia produtiva, e este controle exige um conhecimento aprofundado dos processos produtivos da empresa. Conforme explica Duarte (2014), um bom sistema de gestão auxiliará este controle e as empresas disporão de informações mais precisas sobre a produção e seu efetivo custo. O autor ainda afirma que esses dados são essenciais para o planejamento e visão do futuro.

Por outro lado, Buonamici (2015) destaca os principais benefícios com a implantação do bloco “K” aos fiscos estaduais e federais, que são:

- O acesso à movimentação completa dos itens de estoque;
- Um melhor conhecimento do processo produtivo das empresas;
- A possibilidade de cruzar as informações de toda a cadeia produtiva, desde o fornecimento de insumos até a saída para o consumidor final.

Contudo, as empresas terão alguns desafios para a implantação deste novo controle, como explica Gasnier (2014), as empresas que “[...] já não atendiam à obrigação de manter o Livro de Controle de Produção e Estoque em meio físico terão maior dificuldade na criação dos controles necessários para atender o Bloco K e na sua elaboração”. Outra questão abordada por Souza (2015), e, segundo ele um dos

¹¹ O livro Registro de Inventário destina-se a arrolar, pelos seus valores e com especificações que permitam sua perfeita identificação, as matérias-primas, os produtos intermediários, os materiais de embalagem, os produtos acabados e os produtos em fase de fabricação, existentes em cada estabelecimento à época do balanço da firma. (Art .472 do RIPI).

principais desafios, remete ao fato de que os contribuintes terão que indicar na ficha técnica de cada um dos insumos o percentual de perda em seu processo produtivo, desconsiderando, porém, as perdas não enquadradas no mecanismo de produção.

Para alcançar os objetivos propostos, o bloco “K” foi constituído por registros que, conjuntamente com as demais informações prestadas através da EFD ICMS/IPI, auxiliarão no controle exercido pela RFB.

3.3.1 Composição do bloco K da EFD ICMS/IPI

O bloco “K”, intitulado de Controle da Produção e do Estoque, compõe-se por nove registros. O Quadro 5 apresenta as informações a serem demonstradas em cada um.

Quadro 5 – Composição do bloco K

Registro	Informação
K001 (Abertura do bloco K)	Este é o registro de abertura e deve indicar se há movimentação nos demais registros do bloco
K100 (Período de Apuração do ICMS/IPI)	Deve ser informado um registro para cada período de apuração dos impostos IPI e ICMS, prevalecendo sempre os períodos mais curtos.
K200 (Estoque Escriturado)	Deve ser informada a quantidade do estoque final escriturado no período informado no registro K100. Deve ser a quantidade resultante da fórmula: Estoque inicial + Entradas/Produção/Movimentação interna - Saída/Consumo/Movimentação
K220 (Outras movimentações Internas entre mercadorias)	Neste registro deve ser informada a movimentação interna entre mercadorias que não se enquadra nos insumos consumidos ou itens produzidos. Exemplo: Reclassificação de um produto em outro código em função do cliente a que se destina.
K230 (Itens produzidos)	Deve ser informada a produção acabada do produto em processo - quando o produto está pronto para ser consumido em outra etapa da produção - e a produção acabada do produto acabado - quando o produto já está pronto para ser comercializado.
K235 (Insumos consumidos)	Informar os insumos consumidos na produção do item informado no registro K230.
K250 (Industrialização Efetuada por terceiros - Itens produzidos)	Informar os produtos que foram produzidos por terceiros e sua quantidade.
K255 (Industrialização em terceiros)	Informar os insumos consumidos na produção do item informado no registro K250
K990 (Encerramento do bloco K)	Este é o registro de encerramento do bloco e deve indicar a quantidade de linhas do bloco.

Fonte: Guia Prático da Escrituração Fiscal Digital – EFD ICMS/IPI. Versão 2.0.16.

Além do bloco “K”, foi incluído um novo registro ao bloco 0, o registro 0210, responsável pela identificação de cada produto composto no estoque.

Observa-se que os registros apresentados no quadro acima são divididos em três grupos, a saber:

- Produtos: Apresenta os materiais e listas técnicas de produção.
- Estoque: Envolve o controle dos saldos, reclassificação de registros entre mercadorias, produtos e materiais.
- Produção: Apresenta a produção tanto interna quando, externa.

A Figura 6 abaixo ilustra a mencionada divisão e os registros que compõe cada grupo.

Figura 6 – Divisões do bloco K



Fonte: WK Sistemas

As empresas que não apresentarem o bloco “K” em conformidade com o estabelecido em lei estarão sujeitas às penalidades imputadas a EFD ICMS/IPI devendo ser observada a legislação pertinente a cada unidade de federação.

Em Santa Catarina, as penalidades inerentes à EFD ICMS/IPI estão dispostas na Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996 no art. 83-A.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo, evidenciar-se-á o procedimento adotado para a realização deste estudo quanto a fundamentação teórica, bem como o método utilizado para coleta e análise de dados da pesquisa de campo.

4.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Para o desenvolvimento deste estudo, no que se refere aos objetivos, utiliza-se uma pesquisa descritiva por estar sendo descrita uma realidade por meio de observação, análise e registro (PRODANOV e FREITAS, 2013).

Esta pesquisa descreve os aspectos gerais sobre o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED e os processos necessários para a adequação das empresas ao bloco K do subprojeto SPED Fiscal. A pesquisa descritiva pode ter os objetivos de:

- Familiarizar-se com um fenômeno ou descobrir nova percepção do mesmo;
- Saber atitudes, pontos de vista e preferências das pessoas;
- Conhecer a motivação das pessoas para determinadas ações;
- Fazer um estudo de caso sobre determinado indivíduo, comunidade ou empresa. (Prodanov e Freitas, 2013, p. 22)

Quanto às estratégias de pesquisa, caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, pois, toda fundamentação teórica está baseada em livros, artigos, leis, sites da internet e em outras fontes escritas (MARTINS, 2004).

Neste estudo realiza-se um levantamento de dados através de um questionário aplicado às empresas industriais que atuam no município de Criciúma e região. Este questionário servirá de base para a conclusão do estudo proposto.

Por fim, para análise dos dados utiliza-se uma abordagem qualitativa para descrever os dados da pesquisa, pois as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador, e quantitativa, analisando os dados obtidos junto as empresas (FONSECA, 2009).

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Apresentar-se-á neste tópico a caracterização dos municípios que compõem a Mesoregião Sul de Santa Catarina, os critérios da realização da pesquisa, os resultados apurados e a análise pertinente.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA MESOREGIÃO SUL

A mesoregião sul de Santa Catarina conta com 46 municípios, que se encontram dentro de 3 microrregiões, sendo elas: Araranguá, Criciúma e Tubarão.

Devido ao elevado número de municípios, optou-se por delimitar a entrevista nesta região, contando com empresas de 8 municípios. O Quadro 6 demonstra as características destes municípios.

Quadro 6 – Características dos Municípios

Município	Fundação	População	Área Km ²
Criciúma	1880	204.667	235,6
Cocal do Sul	1991	16.009	71,2
Morro da Fumaça	1962	17.052	82,9
Nova Veneza	1891	14.285	293,5
Içara	1961	52.289	294,1
Siderópolis	1958	13.593	262,7
Urussanga	1878	20.915	240,5
Forquilha	1989	24.694	181,9

Fonte: IBGE (2014) adaptado pela autora.

5.1.1 Instrumento e procedimento de coleta de dados

Após identificar a população, efetuou-se a coleta de dados por meio de questionário (Apêndice A), contendo apenas questões fechadas, enviadas via e-mail e contato telefônico entre os dias 13 e 30 de outubro de 2015. O questionário foi encaminhado para 130 empresas situadas nos 8 municípios demonstrados no Quadro 6. Foram obtidas 38 respostas, correspondendo a 30% da amostra.

5.1.2 Tratamento dos dados

Por meio dos dados recebidos decorrentes da aplicação do questionário realizou-se a análise. As respostas obtidas foram tratadas de forma quantitativa, sendo analisadas por meio de gráficos e tabelas.

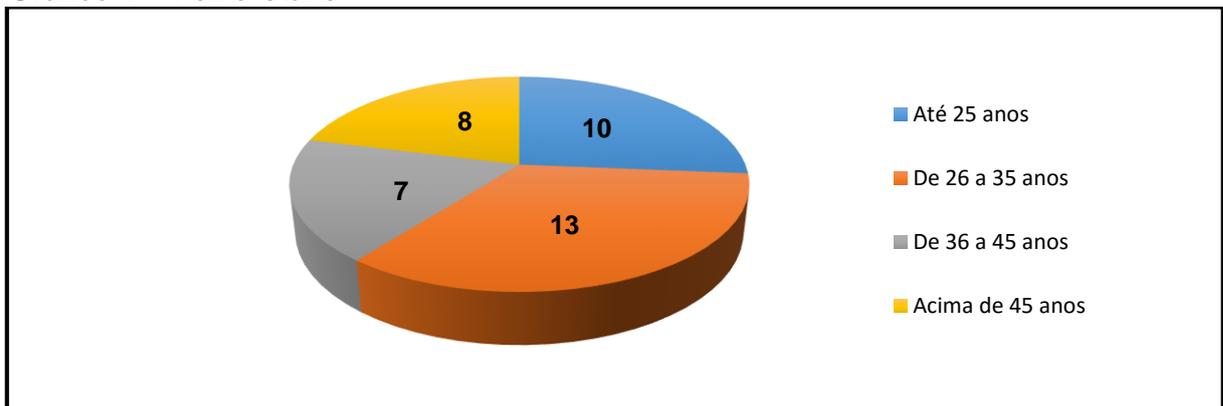
5.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Neste tópico, apresentam-se as tabelas e gráficos com os dados resultantes do questionário aplicado e a análise. O questionário compõe-se de 25 questões, sendo 4 questões do perfil do profissional que irá responder as questões, 4 questões do perfil da empresa em que o respondente é o profissional responsável, 18 questões específicas de conhecimento teórico e aplicação prática e 1 questão sobre a opinião destes profissionais quanto ao assunto do presente trabalho.

5.2.1 Faixa etária

Inicialmente, procurou-se identificar qual a faixa etária dos respondentes objetivando apresentar um perfil médio da amostra.

Gráfico 1 – Faixa etária



Fonte: Elaborado pela autora (2015)

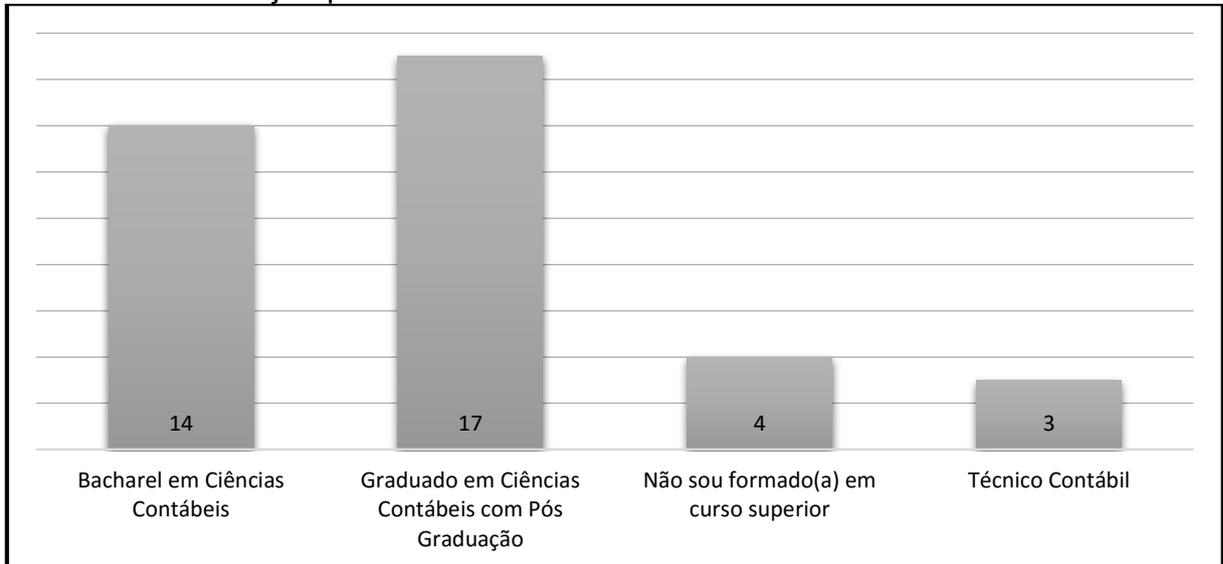
Verifica-se que 34% dos respondentes tem idade entre 26 a 35 anos e 26% tem idade até 25 anos. Apenas 18% dos respondentes tem idade entre 36 a 45 anos e 21% tem idade a cima de 45 anos.

5.2.2 Formação profissional

A presente pesquisa buscou evidenciar a formação profissional dos

respondentes envolvidos neste processo, como principal objetivo de relacionar o conhecimento com as demais questões expostas e dificuldades encontradas, os resultados são apresentados no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Formação profissional



Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Com relação ao perfil dos profissionais envolvidos na pesquisa, verifica-se que apenas 19% não possuem formação acadêmica. Este percentual é representado pelo somatório de 11% dos que informaram não ser formado em curso superior, e 8% de técnicos contábeis.

5.2.3 Gênero dos participantes

A pesquisa também procurou demonstrar o gênero dos respondentes do questionário aplicado, como demonstra a Tabela 1.

Tabela 1 – Gênero dos participantes

Alternativas	Frequência absoluta	Frequência relativa
Feminino	19	50%
Masculino	19	50%
Total	38	100%

Fonte: Elaborada pela autora (2015)

Nesta questão, pode-se observar que os gêneros masculino e feminino possuem metade dos entrevistados. Ademais, constatou-se na comparação com a idade dos entrevistados que apenas 39% dos 28 entrevistados com mais de 25 anos

são mulheres. Contudo, 80% dos respondentes com idade até 25 anos são do gênero feminino.

Tabela 2 – Gênero x Idade

Alternativas	Masculino	%	Feminino	%	Total
Até 25 anos	2	20%	8	80%	10
Acima de 25 anos	17	61%	11	39%	28

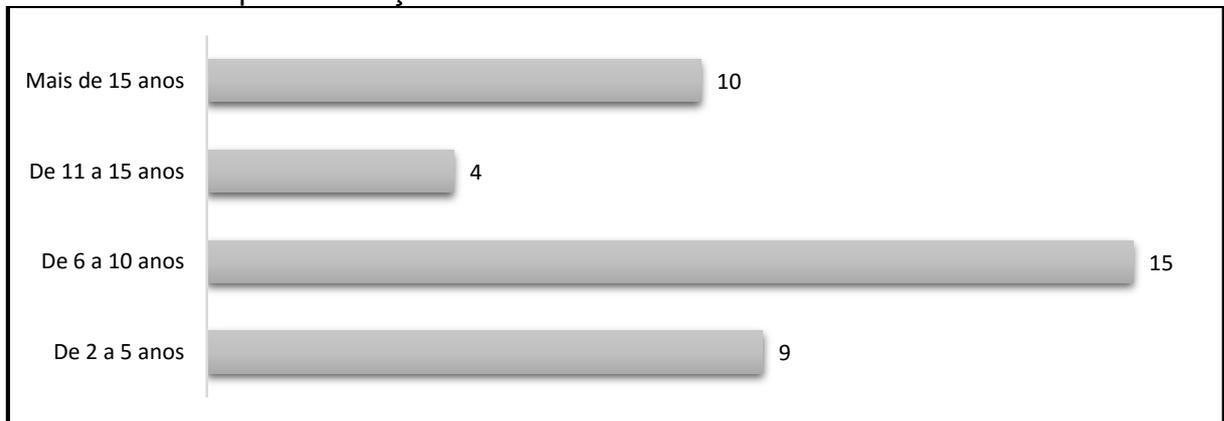
Fonte: Elaborada pela autora (2015)

De acordo com os dados obtidos, pode-se identificar o aumento da participação feminina na nova geração de profissionais contábeis.

5.2.4 Tempo de atuação na área contábil

Buscou-se avaliar o tempo de atuação dos respondentes na área contábil, evidenciado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Tempo de atuação na área contábil



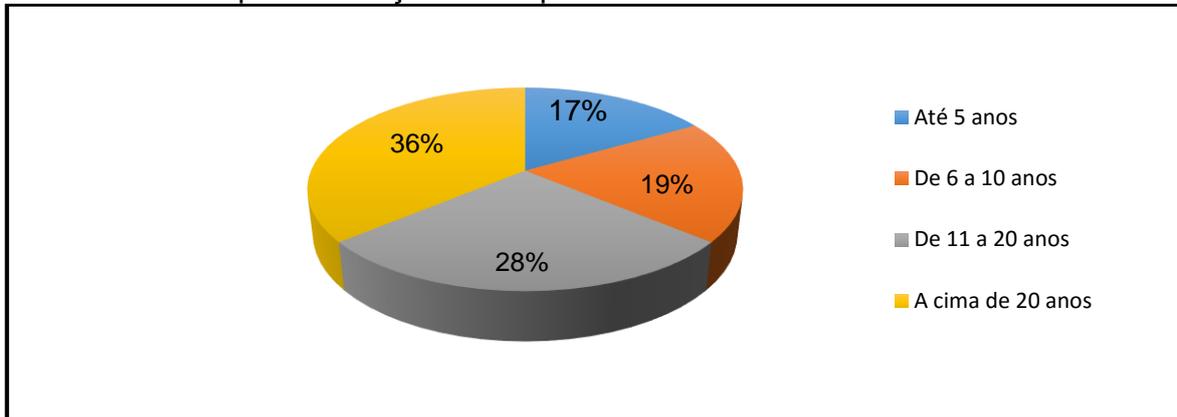
Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Os dados do Gráfico 3 mostram que 63% dos entrevistados atuam na área contábil em até 10 anos. Esse percentual foi obtido com o somatório dos respondentes que atuam na área contábil em até 5 anos, e com aqueles que atuam de 6 a 10 anos. Destaca-se que cerca de 80% dos entrevistados com mais de 15 anos de experiência são homens.

5.2.5 Tempo de atuação da empresa

Após identificar o perfil dos profissionais, a pesquisa buscou evidenciar o perfil da organização. Neste tópico, demonstra-se o tempo de atuação da empresa pesquisada.

Gráfico 4 – Tempo de atuação da empresa



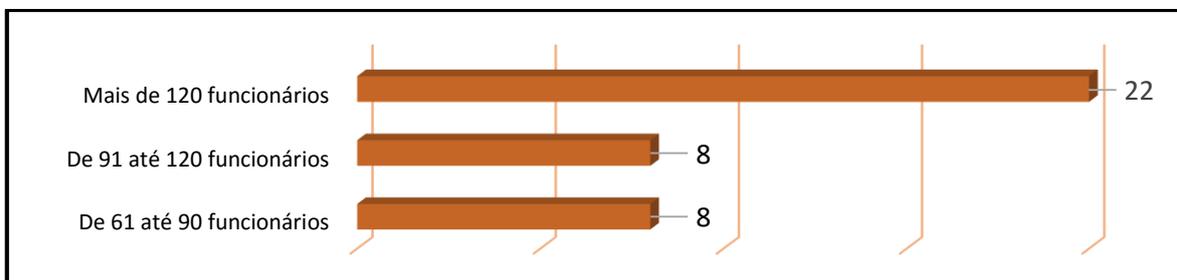
Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Verifica-se que 64% das empresas atuam a mais de 11 anos, este percentual foi obtido com a soma dos percentuais de 36% e 28% demonstrados no Gráfico 4. As demais empresas atuam até 10 anos no mercado.

5.2.6 Número de funcionários

A fim de evidenciar o perfil da empresa pesquisada, buscou-se também analisar a quantidade de funcionários da mesma.

Gráfico 5 – Número de funcionários



Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Os dados do Gráfico 5 demonstram que cerca de 58% das empresas entrevistadas possuem mais de 120 funcionários.

5.2.7 Regime de tributação da empresa

Evidencia-se nesta questão o regime de tributação das empresas pesquisadas.

Gráfico 6 – Regime de tributação da empresa



Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Os dados do Gráfico 6 demonstram que das 38 empresas pesquisadas, 23 são tributadas pelo Lucro Real, quantidade representada pelo percentual de 61%, 13 são tributadas pelo Lucro Presumido e 2 são tributadas pelo Lucro Arbitrado. Estes últimos representados pelos percentuais de 34% e 5% respectivamente.

5.2.8 Contabilidade da empresa

Ainda sobre o perfil organizacional, este tópico demonstra a relação das empresas que utilizam contabilidade terceirizada e das empresas que possuem contabilidade própria. O objetivo é averiguar se há discrepância de informações correlacionando as empresas que possuem contabilidade própria com as empresas que possuem contabilidade terceirizada

Tabela 3 – Contabilidade da empresa

Alternativas	Frequência absoluta	Frequência relativa
Contabilidade própria	31	82%
Contabilidade terceirada	7	18%
Total	38	100%

Fonte: Elaborada pela autora (2015)

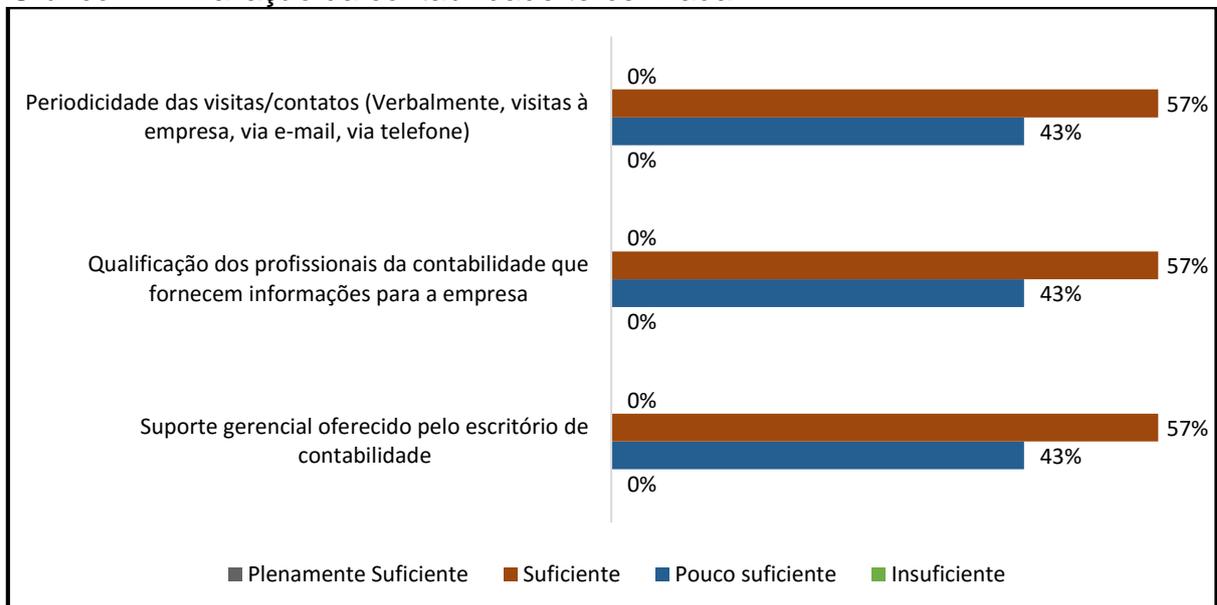
Através da Tabela 3, é possível verificar que a maioria das empresas

entrevistadas (82%) possuem contabilidade própria. Enquanto que somente 18% utilizam contabilidade terceirizada.

5.2.9 Avaliação da contabilidade terceirizada

Neste tópico, evidencia-se a pesquisa relacionada ao objetivo deste trabalho. Sendo assim, a primeira questão busca demonstrar a relação entre a empresa e a organização contábil responsável pela mesma dentre as empresas que possuem contabilidade terceirizada.

Gráfico 7 – Avaliação da contabilidade terceirizada



Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Percebe-se através do Gráfico 7 que uma parte considerável das empresas entrevistadas - cerca de 43% - não estão totalmente satisfeitas com os serviços prestados pelos escritórios de contabilidade. Essa análise torna-se possível porque 43% dos entrevistados avaliaram os serviços prestados pelo escritório de contabilidade como pouco suficiente. Embora sendo um número de empresas relativamente baixo, consiste numa questão que merece ser devidamente estudada afim de encontrar as causas da insatisfação das empresas com a contabilidade terceirizada e suas consequências.

5.2.10 Avaliação da contabilidade própria

Nesta questão busca-se demonstrar a avaliação do setor contábil/fiscal das empresas que possuem contabilidade própria e a caracterização do setor.

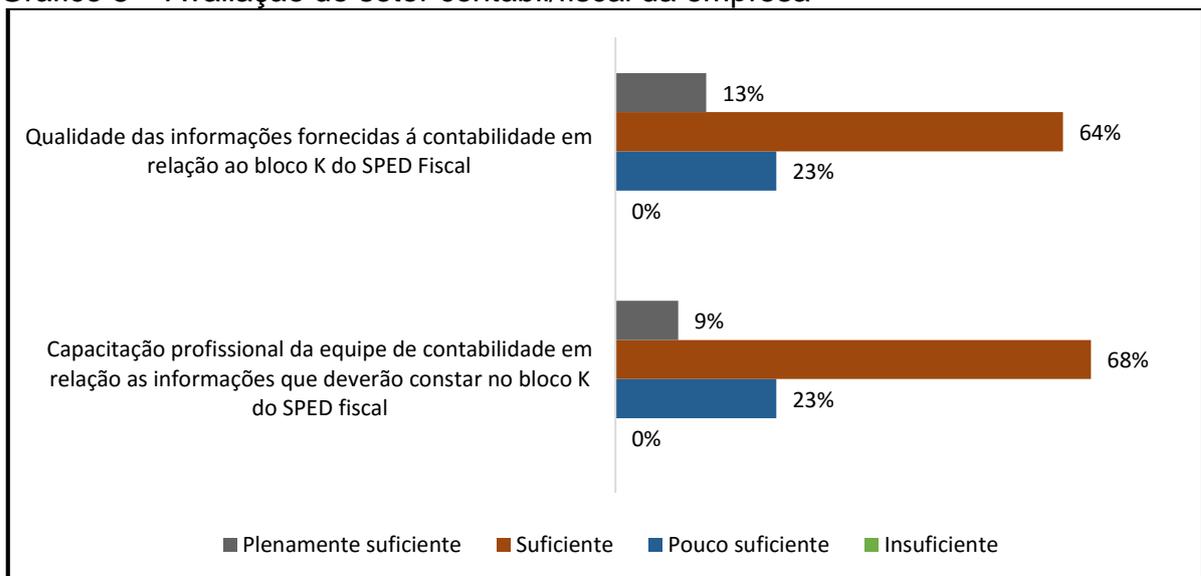
Tabela 4 – Quantidade de funcionários do setor contábil/fiscal

Alternativas	Frequência absoluta	Frequência relativa
Até 5 funcionários	18	47%
De 6 a 10 funcionários	20	53%
Total	38	100%

Fonte: Elaborada pela autora (2015)

Na Tabela 3, verifica-se que quase metade dos respondentes – cerca de 47% - afirma possuir até 5 funcionários no setor contábil/fiscal, e a outra metade – cerca de 53% - afirma possuir de 6 a 10 funcionários. O Gráfico 8 demonstra a avaliação do setor contábil/fiscal na perspectiva do profissional respondente da pesquisa.

Gráfico 8 – Avaliação do setor contábil/fiscal da empresa



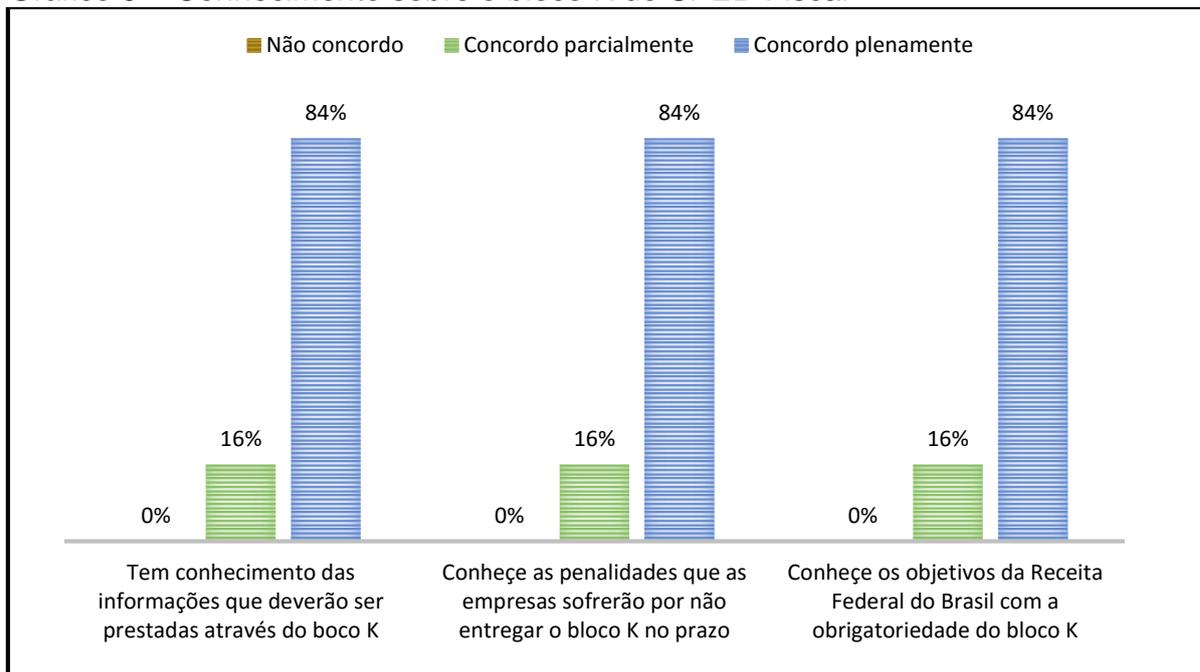
Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Parte considerável dos profissionais entrevistados avaliam positivamente o setor contábil/fiscal da empresa em que atua no que concerne às informações inerentes ao bloco K do SPED Fiscal. Essa análise se verifica pelos percentuais de 64% referente às informações prestadas ao setor e 68% referente a capacitação profissional.

5.2.11 Conhecimentos sobre o bloco K do SPED Fiscal

Constatou-se que a totalidade das empresas entrevistadas, até o período deste questionário, não estão inteiramente preparadas para apresentar o bloco K do SPED Fiscal, mas que estão realizando ações para a adaptação até a data da obrigação. Esta questão buscou verificar o nível de conhecimento dos respondentes acerca do bloco K do SPED Fiscal, conforme demonstra o Gráfico 9.

Gráfico 9 – Conhecimento sobre o bloco K do SPED Fiscal



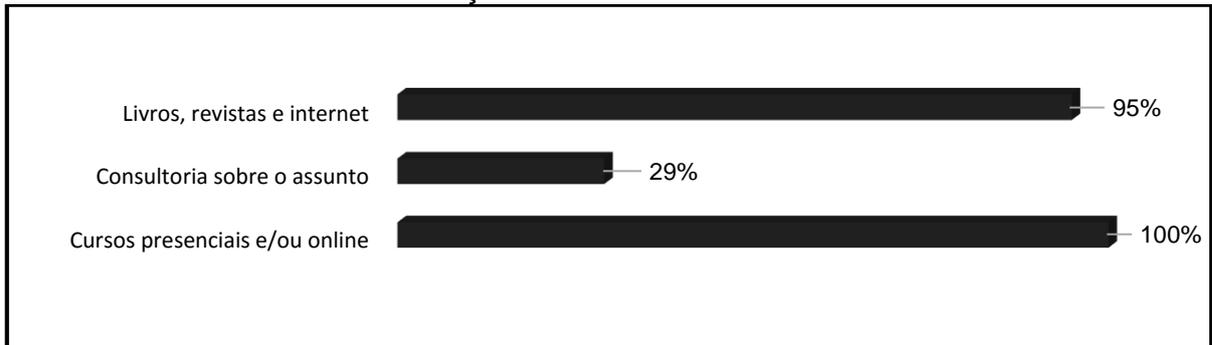
Fonte: Elaborado pela autora (2015)

A maioria dos respondentes (84%) afirma conhecer plenamente as informações que deverão ser prestadas no bloco K, as penalidades cabíveis ao descumprimento deste e os objetivos da RFB com esta nova obrigação. Não foi possível estabelecer um perfil médio destes respondentes. Com isso, verifica-se que os profissionais respondentes têm pleno conhecimento sobre o objeto de estudo deste trabalho.

5.2.12 Principais formas de atualização às informações prestadas no bloco K

Nesta questão, procurou-se demonstrar as principais formas que os respondentes utilizam para manterem-se atualizados frente à nova obrigação do SPED Fiscal. Esta questão foi elaborada como múltipla escolha.

Gráfico 10 – Formas de atualização



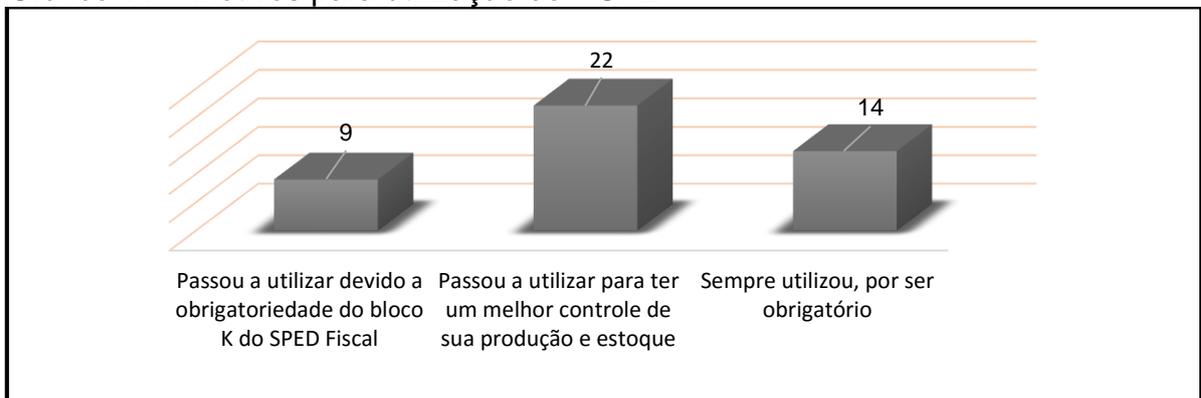
Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Observa-se que 29% dos entrevistados utilizam consultoria especializada para manterem-se atualizados. Entretanto, 100% afirmam participar de cursos presenciais e/ou online e 95% utilizam livros, revistas e internet. Percebe-se a preferência por cursos, livros, revistas e internet e que as consultorias especializadas não são utilizadas com muita frequência. Restando identificar se o motivo pela baixa procura por consultorias refere-se à falta de necessidade ou por se tratar de consultorias não eficientes.

5.2.13 Utilização do livro Registro Controle da Produção e do Estoque

Verificou-se que a totalidade das empresas que receberam o questionário utilizam o livro RCPE ou controle similar. Neste tópico procura-se evidenciar os motivos pelos quais as empresas utilizam este controle. Esta questão foi elaborada como múltipla escolha.

Gráfico 11 – Motivos para utilização do RCPE



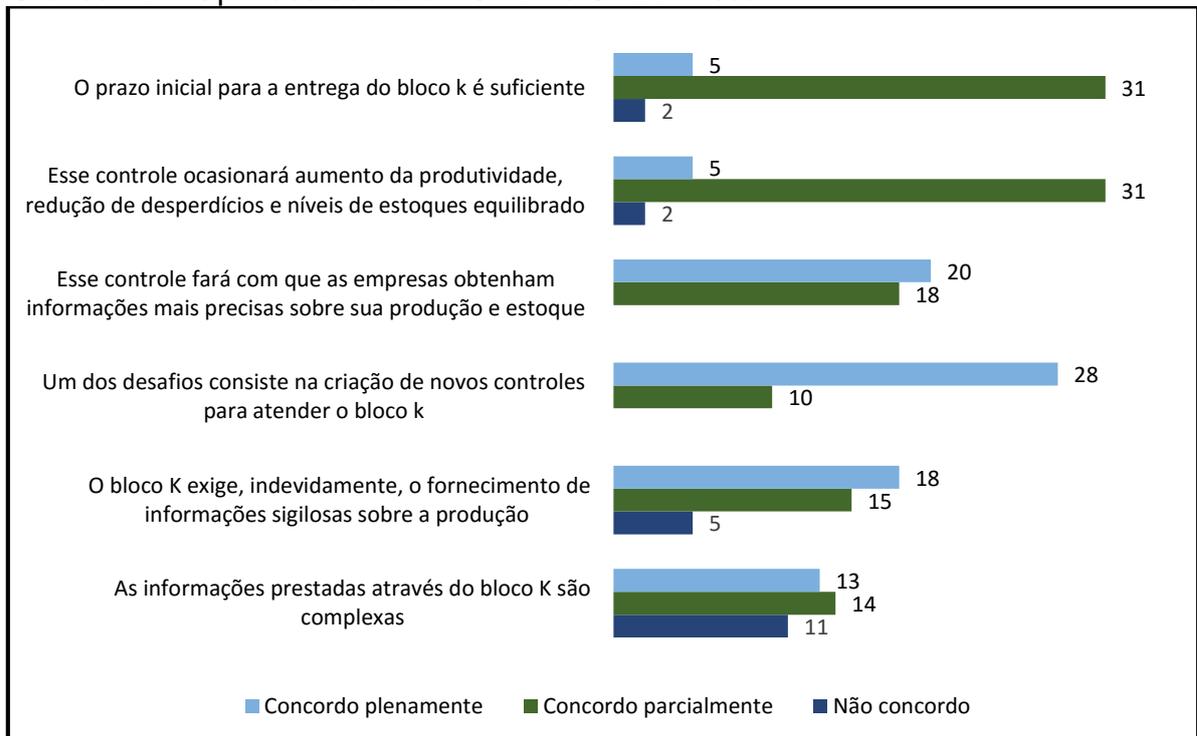
Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Observa-se que a maior parte das empresas, cerca de 22, passaram a utilizar o RCPE, ou similar, como opção para ter um melhor controle de sua produção e estoque e não por ser um registro obrigatório pela RFB. Apenas 14 respondentes afirmam que sempre utilizaram o RCPE ou similar por ser obrigatório. Averiguou-se que dentre estas 14 empresas, 13 possuem mais de 11 anos de atuação. Dessa forma, verifica-se que as empresas que atuam a mais tempo no mercado são as que sempre utilizaram o RCPE devido sua obrigatoriedade e as empresas com menor tempo de atuação passaram a utilizar o RCPE como alternativa de controle da produção e estoque ou devido a obrigatoriedade do bloco K.

5.2.14 Opiniões sobre o RCPE no SPED Fiscal

Nesta questão, procurou-se investigar as expectativas dos respondentes acerca das informações constantes no bloco K.

Gráfico 12 – Opiniões sobre o RCPE no SPED Fiscal



Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Averiguou-se que aproximadamente 70% dos profissionais que passaram a utilizar o RCPE devido a obrigatoriedade do bloco “K”, afirmaram nesta questão que concordam plenamente com a ideia de que as informações prestadas através do bloco

“K” são complexas. E 80% afirmaram que concordam plenamente que um dos desafios consiste na criação de novos controles. Verifica-se que a dificuldade relatada está relacionada com a falta do controle anterior.

Observou-se que a totalidade dos profissionais que responderam não concordar que as informações prestadas através do bloco “K” são complexas, anteriormente responderam que sempre utilizaram o RCPE por ser obrigatório. Essa afirmação corrobora com a ideia de que para as empresas que não tinham um controle anteriormente as informações podem ser mais complexas em detrimento das empresas que sempre realizaram o controle através do RCPE ou similar.

Destaca-se que aproximadamente 70% dos profissionais responderam positivamente que este novo controle ocasionará aumento da produtividade, redução de desperdícios e níveis de estoques equilibrados. Essa afirmação vai ao encontro do entendimento apresentado no referencial teórico deste estudo.

Correlacionando esta questão com a questão que trata das formas de atualização dos profissionais a respeito das informações do bloco “K”, observa-se que a totalidade dos respondentes que informaram utilizar consultorias especializadas sobre o assunto responderam não concordar com a afirmação de que as informações do mencionado bloco sejam complexas.

Importante ressaltar que o perfil médio dos 30% que responderam negativamente trata-se de empresas que passaram a utilizar o RCPE apenas por exigência do bloco “K” e empresas que possuem contabilidade terceirizada.

5.3 ANÁLISE GERAL DA PESQUISA

A presente pesquisa objetiva entender como os profissionais das indústrias de 8 municípios da mesorregião do sul catarinense estão se adaptando às novas obrigações do SPED Fiscal inseridas através do bloco “K”.

Neste sentido, sinteticamente, expõe-se a percepção decorrente da análise da pesquisa realizada com os profissionais envolvidos neste processo. Dividindo-se em 4 perspectivas, quais sejam: a) perfil médio dos respondentes; b) perfil médio das Organizações Industriais; c) conhecimentos e aplicabilidade das informações requeridas no bloco “K” do SPED Fiscal; e d) opinião pessoal quanto ao objeto do estudo desta pesquisa.

Inicialmente, apresenta-se o perfil médio dos respondentes, constatando-

se que se trata, em média, de contador dos gêneros masculino e feminino de 26 a 35 anos, com 6 a 15 anos de experiência na área profissional. O perfil médio das Organizações Industriais pesquisadas é de mais de 20 anos de atuação e possuem em média mais de 120 colaboradores.

Quanto as informações do bloco “K”, constatou-se que, em linhas gerais, os profissionais entendem a importância da prestação de tais informações, porém, veem sua aplicabilidade como complexa. Entretanto, verificou-se que, apesar de ser obrigatório, estes profissionais não utilizam o RCPE desde o início de suas atividades. Por outro lado, os profissionais das empresas que sempre utilizaram o RCPE devido a sua obrigatoriedade, conseqüentemente, demonstraram mais facilidade em se adequar ao controle no formato digital.

Constatou-se que as empresas que possuem contabilidade terceirizada demonstraram maior dificuldade na adaptação às informações requeridas no bloco “K” em detrimento das empresas que possuem contabilidade própria. Essa afirmação explica-se devido ao fato de que a totalidade das empresas que possuem contabilidade terceirizada passaram a utilizar o RCPE devido a obrigatoriedade do bloco “K” do SPED Fiscal.

Sobre os meios de atualização a respeito das informações do bloco “K”, verificou-se que os profissionais que responderam utilizar consultoria especializada afirmam não concordar que as informações do bloco “K” sejam complexas. Importante informar que, dentre os profissionais que não utilizam consultoria especializada, 2 deles afirmaram estar contratando.

Por fim, os respondentes acreditam que tal obrigação pode culminar com o aumento da produção, redução dos desperdícios e equilíbrio do nível dos estoques, combinando com a opinião predominante dos especialistas da área.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nova obrigatoriedade imposta através do bloco “K” do SPED Fiscal traz consigo um desafio para os profissionais envolvidos no processo de gestão dos estoques e produção das empresas industriais. Desde sua instituição, o projeto SPED vem englobando as informações prestadas ao fisco com o intuito de aperfeiçoar a fiscalização e a arrecadação.

A inclusão do RCPE no informativo SPED Fiscal minimizará o relacionamento entre o contribuinte e a RFB uma vez que a apresentação deverá ser mensal contribuindo com informações com maior credibilidade e transparência.

O processo de adaptação do controle de estoque e da produção ao SPED Fiscal impactou diretamente no gerenciamento de toda cadeia produtiva das empresas industriais. O profissional requerido pelo mercado necessita estar integrado às operações da entidade, portando-se de maneira eficiente. Para tanto deve atualizar-se e adequar-se à nova exigência.

O novo RCPE em formato digital, instiga o profissional a compreender detalhadamente cada etapa realizada no processo produtivo da empresa. Pois, com o cruzamento de informações realizadas pela RFB, os critérios de avaliação tornaram-se mais subjetivos do que anteriormente com as informações desencontradas.

A pesquisa de campo realizada através de questionário junto as empresas industriais da região de Criciúma constatou divergência no nível de adaptação destas. Os entrevistados afirmaram conhecer a importância do RCPE no SPED Fiscal e que esta inclusão trará benefícios para as empresas. No entanto, provou-se que os mesmos não utilizam o RCPE em sua forma manuscrita desde o início das atividades da empresa. Destaca-se que o referido controle é obrigatório desde a publicação do Ajuste SINIEF nº 02, de 1972. Por isso, afirmam que estas informações são complexas. Sendo assim, percebe-se que os profissionais ainda têm um longo percurso na busca por estarem plenamente capacitados e integralmente adequados às novas exigências do SPED Fiscal.

Todavia, compreende-se que, apesar de ser uma obrigação, o controle da produção e do estoque, da forma como está sendo exigido, deveria ser uma prática comum entre as empresas industriais considerando os benefícios trazidos com o detalhamento das informações.

Ao profissional contábil, propõe-se buscar constante atualização. Nos

últimos anos, tem aumentado a importância do contador para as empresas. Pois, apresenta-se como um profissional não somente responsável pelos procedimentos contábeis e fiscais, mas também por auxiliar diretamente as empresas com informações financeiras e estratégicas. O RCPE no SPED Fiscal por sua vez, trouxe não somente uma obrigação, mas uma forma de adequação dos controles a uma nova realidade, culminando na geração de informações precisas. Diante disso, enfatiza-se a importância do profissional contábil, sendo o melhor entendedor da estrutura financeira das empresas.

REFERÊNCIAS

ALBINO, Leandro Bitencourt. **O Bloco K do SPED Fiscal** : Você está preparado?. Disponível em: < <http://www.projetusti.com.br/o-bloco-k-do-sped-fiscal-voce-esta-preparado/>>. Acesso em: 15 set. 2015.

ALCANTARA, Alexandre. **Qual a finalidade do Sped?**. Disponível em: <http://www.alcantara.pro.br/novo/index.php?option=com_content&view=article&id=705:qual-e-a-finalidade-do-sped&catid=44:sped&Itemid=144>.

BRASL, Secretaria da Receita Federal. Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. **Institui o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm>. Acesso em: 24 ago. 2015.

_____, Conselho Federal de Contabilidade. **SPED**. Disponível em: < http://portalcfc.org.br/coordenadorias/camara_tecnica/projetos/sped/>. Acesso em: 24 ago. 2015.

_____, Ministério da Fazenda. SPED – Sistema Público de Escrituração Digital. **Guia Prático da Escrituração Fiscal Digital – EFD ICMS/IPI**. Versão 2.0.16. Disponível em: <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/sped-fiscal/download/GUIA_PRATICO_EFD_Versao2.0.16.pdf>. Acesso em: out. 2015.

_____, Secretaria da Receita Federal. Emenda constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003. **Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc42.htm>. Acesso em: 24 ago. 2015.

_____, Secretaria da Receita Federal. **Objetivos**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/objetivos.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

_____, Secretaria da Receita Federal. **Benefícios**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/beneficios.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

_____, Secretaria da Receita Federal. **Premissas**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/premissas.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

_____, Secretaria da Receita Federal. **Institui a Escrituração Fiscal Digital – EFD**. Disponível em: <http://www1.fazenda.gov.br/confaz/confaz/Convenios/ICMS/2006/CV143_06.htm>. Acesso em: 29 ago. 2015.

_____, Secretaria da Receita Federal. Ajuste SINIEF 2/2009. **Dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital – EFD**. Disponível em: <http://www1.fazenda.gov.br/confaz/confaz/ajustes/2009/aj_002_09.htm>. Acesso

em: 29 ago. 2015

_____, Secretaria da Receita Federal. **Disciplina a escrituração do livro Registro de Controle da Produção e do Estoque - modelo 3 - durante o exercício de 1973.** Disponível em:

<http://www1.fazenda.gov.br/confaz/confaz/ajustes/1972/AJ_002_72.htm>. Acesso em: 15 set. 2015.

_____, Secretaria da Receita Federal. **Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.**

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7212.htm>.

_____. Ato COTEPE/ICMS nº 9/2008. **Dispõe sobre as especificações técnicas para a geração de arquivos da Escrituração Fiscal Digital - EFD.** Disponível em:

<http://www1.fazenda.gov.br/confaz/confaz/atos/atos_cotepe/2008/ac009_08.htm>. Acesso em: 15 set. 2015.

BUONAMICI, Vinícius. **Riscos decorrentes das novas exigências do Bloco K.**

Disponível em: <<http://www.ppi-multitask.com.br/blog/riscos-decorrentes-das-novas-exigencias-do-bloco-k>>. Acesso em: 06 nov. 2015

COELHO, Cláudio Ulysses F. **O técnico em contabilidade e o mercado de**

trabalho: contexto histórico, situação atual e perspectivas. Senac. 2005. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/263/boltec263d.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

DIAS, Marco Aurélio. **Administração de materiais:** princípios, conceitos e gestão – 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. 360 p.

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal-IV:** Manual de sobrevivência do empreendedor no mundo pós SPED. Um guia essencial para empresas que já vivem na “Selva Fiscal Digital” do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), Nota Fiscal eletrônica (NF-e) e outros. Belo Horizonte: Ideas@work, 2011.

FONSECA, Regina Veiga. **Metodologia do Trabalho Científico.** Curitiba, IDESE Brasil S.A, 2009 92 p.

GASNIER, Gabriel. **Novos impactos do SPED FISCAL na Logística:** Você já conhece o BLOCO K? Disponível em: <<http://www.danielgasnier.com/novos-impactos-do-sped-fiscal-na-logistica>>. Acesso em: 6 nov. 2015

GASPAR, Philipe. **Qual a diferença entre Premissa, Risco e Restrição?.**

Disponível em: <<http://www.philipegaspar.com/2011/05/qual-diferenca-entre-premissa-risco-e.html>>. Acesso em: 25 ago. 2015

GOMES, Cristina. **Pré-História.** Disponível em:

<<http://www.infoescola.com/historia/pre-historia/>>. Acesso em: 27 set. 2015.

GOMES, Márcia dos Santos. **Ressurreição do Livro Modelo 3 (Bloco K).**

Disponível em: <<http://fernandesfigueiredo.com.br/ressurreicao-do-livro-modelo-3->

bloco-k/>. Acesso em: 14 set. 2015.

HENDRIKSEN, Eldon S; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999. 554 p.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA, Alessandro Ricardo. **O Cânion Bíblico: A origem da Lista dos Livros Sagrados**. Brasília, DF: Degarcia, 2007. 125 p.

LEÃO, Thiago. **Bloco K do Sped Fiscal: entenda o que é, para que serve e prepare-se**. Disponível em: < <http://www.nomus.com.br/blog-industrial/2015/06/bloco-k-do-sped-fiscal-entenda-o-que-e-para-que-serve/>>. Acesso em: 15 set. 2015.

MARTINS, Rosilda Baron. **Metodologia científica: como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos**. Curitiba, PR: Juruá, 2004. 277 p.

MODIN, Rosimeire Silva; FURTADO, Viviane Soriano de Lima. **Os impactos operacionais da implantação do SPED**. Disponível em: < <http://conic-semesp.org.br/anais/files/2013/trabalho-1000014519.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

NARDON FILHO, Artur. **Da escrituração Manual ao SPED**. Porto Alegre: Conselho Regional do Rio Grande do Sul.

OLIVEIRA, Edson. **Contabilidade informatizada: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2008. 176 p.

PAIVA, Rose Marie da Cunha. **Sped Fiscal: controle da produção e do estoque**. Disponível em: <<http://www.spedblog.com.br/noticias/sped-fiscal-controle-da-producao-e-estoque/>>. Acesso em: out. 2015.

PEGORARO, Paulo Roberto. **Inovação nos serviços contábeis**. Disponível em: <http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/dissertacoes/2007/ppgte_dissertacao_229_2007.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2015.

PRODANOV, Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013

SCHIMDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. **História do pensamento contábil**. São Paulo: Atlas, 2008. 179 p.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da et MARTINS, Thomé Sardinha. **História do Pensamento Contábil: Com Ênfase na História da Contabilidade Brasileira**. Curitiba: Juruá, 2009, p.240.

SIMAS, Douglas Pedro; ALVES, Herbert Esdras; CABRAL, Wesslyne K. Ribeiro

Geraldes. **A importância da informática na contabilidade.** Disponível em: <<https://tiunirondon.files.wordpress.com/2011/06/a-importancia-da-informatica-na-contabilidade.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2015.

SIMOCELLI, Sylvia. **Introdução à Contabilidade:** entendendo o mundo dos negócios. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/11241/introducao-a-contabilidade-entendendo-o-mundo-dos-negocios>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

SOUZA, Leandro de Paula. **Obrigatoriedade do Bloco K é o novo desafio das empresas.** Disponível em: <<https://www.grupometa.com/meta-online/obrigatoriedade-do-bloco-k.html>>. Acesso em: 6 nov. de 2015.

TEIXEIRA, Marcos. **Contabilidade II:** Razonete, Débito e Crédito e Balancete. Disponível em: <<https://profmarcosteixeira.wordpress.com/2013/02/23/contabilidade-ii-razonete-debito-e-credito-e-balancete/>>.

VIANA, João José. **Administração de materiais:** um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2002. 448 p.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA DE CAMPO

QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DA PREPARAÇÃO DAS EMPRESAS FRENTE À NOVA OBRIGAÇÃO DO SPED FISCAL ATRAVÉS DO BLOCO K

O Livro Controle da Produção e do Estoque, modelo 3, constituísse de um controle quantitativo da produção e do estoque de mercadorias, destinado a prestar informações à Receita Federal do Brasil (RFB). A partir de 1º de janeiro de 2016, a apresentação do Livro Controle da Produção e do Estoque, modelo 3, será através do bloco K do informativo SPED Fiscal em substituição ao preenchimento manual. Este questionário objetiva analisar como as empresas estão se preparando para atender a esta nova obrigação. Sua participação é muito importante. Obrigada!

PERFIL PESSOAL/ORGANIZAÇÃO:

1. Qual sua faixa etária?

- Até 25 anos
- De 26 a 35 anos
- De 36 a 45 anos
- Acima de 46 anos

2. Qual sua formação profissional?

- Técnico Contábil
- Bacharel em Ciências Contábeis
- Graduado em Ciências Contábeis com Pós Graduação
- Não sou formado(a) em curso superior
- Outros

3. Há quanto tempo atua na área?

- Até 1 ano
- De 2 a 5 anos
- De 6 a 10 anos
- De 11 a 15 anos
- Mais de 15 anos

4. Qual seu gênero?

- Feminino
- Masculino

5. Qual o regime de tributação da empresa em que atua?

- Lucro presumido
- Lucro real

- Simples Nacional
- Outros

6. Número de funcionários da empresa?

- Até 30 funcionários
- De 31 a 60 funcionários
- De 61 até 90 funcionários
- De 91 até 120 funcionários
- Mais de 120 funcionários

7. Qual o tempo de atuação da empresa?

- Até 5 anos
- De 6 a 10 anos
- De 11 a 20 anos
- A cima de 20 anos

8. A empresa possui contabilidade própria?

- Sim (Não responder as questões nº 9 a nº 13)
- Não (Não responder as questões nº 14 a nº 16)

ESPECÍFICAS:

9. O escritório de contabilidade oferece suporte gerencial para a empresa?

- Sim
- Não

10. Como você avalia o suporte gerencial oferecido pelo escritório de contabilidade?

- Insuficiente
- Pouco suficiente
- Suficiente
- Plenamente suficiente

11. De um modo geral, como você avalia a qualificação dos profissionais da contabilidade que fornecem informações para a empresa?

- Insuficiente
- Pouco suficiente
- Suficiente
- Plenamente suficiente

12. Como você avalia a periodicidade das visitas realizadas a empresa pelo profissional da organização contábil?

- Insuficiente
- Pouco suficiente
- Suficiente
- Plenamente suficiente

13. Quais as formas de comunicação o profissional contábil costuma utilizar para contatar a empresa? (Múltipla escolha)

- Verbalmente, em visita a empresa
- Contato telefônico
- Via e-mail
- Outros

14. Número de funcionários que atuam no setor contábil/fiscal?

- Até 5 funcionários
- De 6 a 10 funcionários
- De 11 a 20 funcionários
- A cima de 20 funcionários

15. Em relação às informações que deverão constar no bloco K do SPED Fiscal, como você avalia a capacitação profissional da equipe de contabilidade?

- Insuficiente
- Pouco suficiente
- Suficiente
- Plenamente suficiente

16. Em relação às informações que deverão constar no bloco K do SPED Fiscal, como você avalia a qualidade das informações fornecidas para a contabilidade?

- Insuficiente
- Pouco suficiente
- Suficiente
- Plenamente suficiente

17. A empresa utiliza o Livro de Controle da Produção e do Estoque (LCPE), ou outro controle similar?

- Sim, utiliza o LCPE (Não responder a questão nº 18)
- Sim, utiliza controle similar (Não responder a questão nº 18)
- Sim, utiliza o LCPE e controle similar (Não responder a questão nº 18)
- Não utiliza o LCPE nem controle similar (Não responder a questão nº 19)

18. Indique os motivos que levaram a empresa a utilizar o Livro de Controle da Produção e do Estoque (LCPE) ou controle similar. (Múltipla escolha)

- Sempre utilizou, por ser obrigatório

- Passou a utilizar devido a obrigatoriedade do bloco K do SPED Fiscal
- Passou a utilizar para ter um melhor controle de sua produção e estoque
- Outros

19. Indique os motivos que levaram a empresa a não utilizar o Livro de Controle da Produção e do Estoque ou controle similar. (Múltipla escolha)

- Sua entrega à RFB não é obrigatória
- Seu preenchimento requer um controle detalhado e a empresa não possui
- A empresa é pequena, não havendo necessidade de tal controle
- O preenchimento deste livro é complexo
- Não sabia da existência deste livro
- Outros

20. Indique seu conhecimento sobre as afirmações abaixo.

Afirmações	Não concordo	Concordo parcialmente	Concordo plenamente
Tenho conhecimento das informações que deverão ser prestadas através do bloco K			
Conheço as penalidades que as empresas sofrerão por não entregar o bloco K no prazo			
Conheço os objetivos da Receita Federal do Brasil com a obrigatoriedade do bloco K			

21. Assinale as principais formas que você está adotando para se atualizar sobre o bloco K do SPED Fiscal. (Múltipla escolha)

- Cursos presenciais e/ou *online*
- Livros, revistas, internet
- Consultoria sobre o assunto
- Outro

22. Como você avalia a preparação da empresa para a prestação das informações do bloco K até a conclusão deste questionário?

- Está plenamente preparada
- Ainda não está totalmente preparada, mas ações estão sendo realizadas para o fornecimento das informações
- Ainda não está totalmente preparada, e não será possível entregar as informações adequadamente no prazo inicial
- A empresa está preparada, mas o software contábil utilizado ainda não está adequado a emitir as informações do bloco K
- Outros

OPINIÃO PESSOAL:

23. Indique no quadro abaixo como você avalia as afirmações em relação à implantação do bloco K.

Afirmações	Não concordo	Concordo parcialmente	Concordo plenamente
As informações prestadas através do bloco K são complexas			
O bloco K exige, indevidamente, o fornecimento de informações sigilosas sobre a produção			
Um dos desafios consiste na criação de novos controles para atender o bloco K			
Esse controle fará com que as empresas obtenham informações mais precisas sobre sua produção e estoque			
Esse controle ocasionará aumento da produtividade, redução de desperdícios e níveis de estoques equilibrados			
O prazo inicial para a entrega do bloco K é suficiente			